

MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL DO PARÁ 2024





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2024 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:
FAPESPA

Endereço:
Av. Presidente Vargas, 670.
Bairro: Campina – Belém – PA.

Diretor-Presidente
Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural
Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais
Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural
Marcelo Santos Chaves

Normalização ABNT
Andrea C. S. Corrêa

EQUIPE TÉCNICA

Alana Maria Ferreira Borges
Denize Rafaela Alfaia de Oliveira
Elisandro Ribeiro da Costa
Marcelo Santos Chaves
Marcílio da Silva Matos
Nara Isa da Silva Lages
Raimundo Victor Oliveira Santos
Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior

ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA

Rudilea Ramos Cavalcante da Silva

CAPA

Assessoria de Comunicação (ASCOM)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

ÓRGÃOS COLABORADORES

Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

F981m Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA)
 Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2024 / Diretoria de Estudos e
 Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. – Belém, 2024
 108 f.: il.

Inclui referências

1. Exclusão social - Pará. 2. Políticas públicas - Indicadores. I. FAPESPA.
- II. Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise
- Conjuntural. III. Título.

CDD: 23 ed. 305.5

Elaboração:
Andréa C. S. Corrêa
CRB-2/1148



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

APRESENTAÇÃO

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) disponibiliza a edição 2024 do Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará, instituído pela Lei n.º 6.836/2006, alterada pela Lei n.º 8.327/2015, que o estabeleceu como um diagnóstico anual e regionalizado a ser encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), e ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como uma análise da realidade social e da situação de exclusão social no estado do Pará.

O Mapa da Exclusão Social apresenta análises da temática expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento, habitação e segurança, definidas em consonância com o conjunto de indicadores preconizados na lei que o institui. Todo esse encadeamento de dados procura fornecer à governança de estado uma visão das realidades vividas pela maior parte da população e, assim, possibilitar o estabelecimento de prioridades de políticas públicas a fim de alterar o que, no conceito, chama-se de exclusão social.

Cabe mencionar ainda que, para atender a todos os eixos determinados por lei na elaboração do Mapa da Exclusão Social do Pará, a

Fapespa, responsável pela elaboração deste documento, contou com a colaboração direta e indireta das Secretarias de Planejamento e Administração, Saúde, Administração Penitenciária e Segurança Pública, assim como da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará.

Por fim, tal ferramenta configura-se como uma bússola poderosa que pode conduzir a sociedade paraense a um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico, com justiça social, de maneira que qualquer tipo de ação governamental precedida de um diagnóstico tenha a finalidade de atacar os problemas em sua origem, e não somente seus efeitos perversos.

Este documento, em linhas gerais, tem o interesse de manifestar os segmentos que conduzem uma sociedade em seus aspectos favoráveis e/ou contraproducentes em um determinado período, por uma determinada causa (como foi o caso da pandemia de COVID-19), considerando-se que as estatísticas oficiais permitem um olhar estratégico do governo, com ações em conjunto de seus órgãos constituintes, visando às tão sonhadas inclusão e justiça social.

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expectativa de vida ao nascer (em anos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	17
Tabela 2 – População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.....	22
Tabela 3 – Participação da população ocupada por posição na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.....	25
Tabela 4 – Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – Pará, 2022–2023.....	28
Tabela 5 – Índice de Gini da renda do emprego formal por Região de Integração, 2022–2023.....	30
Tabela 6 – Proporção de pessoas do CadÚnico em situação de pobreza ¹ (Proxy da Taxa de Pobreza), por Região de Integração do estado do Pará, 2022–2023.....	33
Tabela 7 – Taxas de aprovação (%) no ensino fundamental e médio, Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	38
Tabela 8 – Taxas de reprovação (%) no ensino fundamental e médio, Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	42
Tabela 9 – Taxas de abandono (%) do ensino fundamental e médio, Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	46
Tabela 10 – Taxa de alfabetização de adultos com 18 anos o mais para Brasil, Região Norte e Estado, 2022–2023.....	49
Tabela 11 – Taxa de distorção idade-série (%) do ensino do fundamental e médio para o Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	51
Tabela 12 – Taxa de cobertura populacional da atenção primária à saúde (APS), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	59
Tabela 13 – Leitos de internação hospitalar (por mil habitantes) do SUS, no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	62
Tabela 14 – Taxa de mortalidade infantil (menores de 01 ano por mil nascidos vivos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	64
Tabela 15 – Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	66
Tabela 16 – Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	69
Tabela 17 – Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e Fora da RMB, 2019–2023.....	74
Tabela 18 – Percentual de domicílios improvisados e densidade excessiva de moradores, por dormitório, no Pará, RMB e Fora da RMB, 2019–2023.....	77



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19 – Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, com paredes de material não durável e sem energia elétrica no Pará, RMB e Fora da RMB, 2019–2023.....	79
Tabela 20 – Taxa de roubo, por 100 mil habitantes, no Estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2022 a 2023.....	82
Tabela 21 – Taxa de homicídio, por 100 mil habitantes, no Estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2022 a 2023.....	85
Tabela 22 – Taxa de homicídio no trânsito, por 100 mil habitantes, para o Estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2022 a 2023.....	87
Tabela 23 – Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	89
Tabela 24 – Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.....	91



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Expectativa de vida ao nascer nas Regiões de Integração, 2022–2023.....	16
Gráfico 2 – Comparação da expectativa de vida ao nascer entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	18
Gráfico 3 – Participação da população ocupada por sexo, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.....	23
Gráfico 4 – Participação da população ocupada por faixa etária, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.....	24
Gráfico 5 – Rendimento Médio Real (R\$) de Pessoas de 14 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas. Brasil, Região Norte e Pará, 2022–2023.....	27
Gráfico 6 – Comparação do índice de Gini da renda do emprego formal entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	31
Gráfico 7 – Proporção de pessoas no CadÚnico em famílias em situação de pobreza ¹ (Proxy da Taxa de Pobreza) – Brasil, Região Norte e Pará, 2019–2023.....	33
Gráfico 8 – Comparação da taxa de pobreza entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	35
Gráfico 9 – Comparação da taxa de aprovação do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	40
Gráfico 10 – Comparação da taxa de aprovação do ensino médio total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	40
Gráfico 11 – Comparação da taxa de reprovação do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	44
Gráfico 12 – Comparação da taxa de reprovação do ensino médio total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	44
Gráfico 13 – Comparação da taxa de abandono do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	48
Gráfico 14 – Comparação da taxa de abandono do ensino médio total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	48
Gráfico 15 – Comparação da distorção idade-série total do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	53
Gráfico 16 – Comparação da distorção idade-série total do ensino médio total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	53
Gráfico 17 – Incremento (%) de estudantes do ensino superior para o Brasil, Região Norte e Pará 2022 a 2023.....	54
Gráfico 18 – Comparação da taxa de cobertura populacional da atenção primária à saúde (APS) entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	60
Gráfico 19 – Comparação dos leitos de internação hospitalar SUS (Mil Hab.) entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	63
Gráfico 20 – Comparação taxa de mortalidade infantil entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	65
Gráfico 21 – Comparação da taxa de mortalidade materna entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	67



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 22 – Comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	70
Gráfico 23 – Comparação da taxa de roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	84
Gráfico 24 – Comparação da taxa de homicídio (por 100 Mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	86
Gráfico 25 – Comparação da taxa de homicídio no trânsito (por 100 Mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	88
Gráfico 26 – Taxa de reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2022–2023.	89
Gráfico 27 – Comparação do percentual de detentos reincidentes entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	90
Gráfico 28 – Comparação da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por Região de Integração do Estado do Pará, 2022–2023.....	92



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da expectativa de vida ao nascer por Região de Integração, 2022–2023.....	18
Figura 2 – Evolução do índice de Gini da renda do emprego formal por Região de Integração, 2022–2023.....	30
Figura 3 – Evolução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, por Região de Integração, 2022–2023.....	34
Figura 4 – Evolução da taxa de aprovação total do ensino fundamental e médio por região de integração, 2022–2023.....	39
Figura 5 – Evolução da taxa de reprovação total do ensino fundamental e médio por Região de Integração, 2022–2023.....	43
Figura 6 – Evolução da taxa de abandono total do ensino fundamental e médio por Região de Integração, 2022–2023.....	47
Figura 7 – Evolução da taxa de distorção idade-série total do ensino fundamental e médio por Região de Integração, 2022–2023.....	52
Figura 8 – Evolução da taxa de cobertura populacional da atenção primária à saúde (APS) entre as Regiões de Integração, 2022–2023.....	60
Figura 9 – Evolução dos leitos de internação hospitalar SUS (mil hab.) por Região de Integração, 2022–2023.....	62
Figura 10 – Evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) por Região de Integração, 2022–2023.....	65
Figura 11 – Evolução da taxa de mortalidade materna por Região de Integração, 2022–2023.....	67
Figura 12 – Evolução de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%) por Região de Integração, 2022–2023.....	69
Figura 13 – Evolução da taxa de roubo (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2022–2023.....	83
Figura 14 – Evolução da taxa de homicídio (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2022–2023.....	85
Figura 15 – Evolução da taxa de homicídio no trânsito (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2022–2023.....	87
Figura 16 – Evolução da taxa de reincidência de presos por Região de Integração, 2022–2023.....	90
Figura 17 – Evolução da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por Região de Integração, 2022–2023.....	92



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER.....	16
3 EMPREGO.....	21
4 RENDA	27
5 EDUCAÇÃO	36
6 SAÚDE	57
7 SANEAMENTO BÁSICO.....	72
8 HABITAÇÃO	75
9 SEGURANÇA PÚBLICA	81
REFERÊNCIAS	95



1 INTRODUÇÃO

O Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará é um diagnóstico analítico da realidade socioeconômica do estado do Pará produzido anualmente a partir de indicadores previstos na legislação que o instituiu, fazendo referência primordial aos dois últimos anos anteriores ao de sua elaboração.

A instituição desse diagnóstico foi estabelecida pela Lei n.º 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Ordinária n.º 8.327, de 22 de dezembro de 2015, segundo a qual o Poder Executivo é o responsável por sua elaboração, devendo ser entregue anualmente ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) e, no mesmo prazo, ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

A partir de 2015, a Fapespa assumiu a responsabilidade de execução do Mapa da Exclusão Social, contando com a parceria de outros órgãos governamentais para a compilação de dados oficiais que corroboram a análise proposta. Em 2024, estabeleceram parcerias a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), a Secretaria

de Estado de Saúde Pública (SESPA), a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

O conteúdo do Mapa da Exclusão Social está estruturado em 8 (oito) capítulos, em concordância com as temáticas expectativa de vida, renda, emprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação e segurança, abordadas a partir de 31 (trinta e um) indicadores previstos na Lei n.º 8.327/2015.

Metodologicamente, além de considerar essa relação de indicadores, este documento apresenta desagregação geográfica dos dados de acordo com as 12 Regiões de Integração (RI) do estado, a Região Metropolitana de Belém (RMB) e fora da RMB; sendo que a definição das áreas depende da disponibilidade dos dados.

No aspecto temporal, além dos anos imediatamente anteriores ao da execução do Mapa, alguns indicadores são apresentados em série



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

histórica, preferencialmente aqueles que tendem à menor variação em curto período.

Além disso, para cada categoria temática, são registradas as principais ações e políticas governamentais realizadas ou em andamento no estado nos anos em análise (2022–2023). Essas informações foram obtidas especialmente na Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa (2023 e 2024), publicação anual disponível no sítio *online* da SEPLAD.

Deve-se considerar que o resultado das ações de governo não é, necessariamente, observado imediatamente ao fim da implementação das políticas, uma vez que os impactos resultantes dessas ações são especialmente as transformações sociais desencadeadas que, no geral, não são observadas em análises de curto prazo.

O conjunto de indicadores temáticos possui correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em agenda a ser cumprida no mundo até 2030. Os ODS são organizados a partir das 3 (três) dimensões à sustentabilidade (econômica, social e ambiental), consistindo em metas de

melhoria voltadas à saúde, educação, trabalho, pobreza, alimentação, desigualdades sociais, clima, uso dos oceanos, produção e consumo, cidades, promoção da paz, dentre outras. Dessa maneira, este diagnóstico também constitui ferramenta capaz de transparecer o alcance de melhorias no estado que contribuem para a erradicação da pobreza e das desigualdades, conforme objetiva a Agenda 2030 da ONU.

Os dados foram fornecidos por fontes oficiais do Estado (SESPA, SEPLAD, SEAP, FASEPA e SEGUP), bem como coletados nas principais fontes oficiais brasileiras: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC), Anual e Trimestral; Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), Painel de Monitoramento da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Ministério do



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), com dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Para tanto, houve a necessidade de estimar dados e/ou usar uma variável proxy, com base em critérios estatísticos, para algumas situações em que os indicadores não foram divulgados ou disponibilizados por suas fontes oficiais até o prazo de entrega do referido diagnóstico ou para os casos em que ocorreu descontinuidade da série devido a mudanças na formulação do indicador.

Sobre a disponibilidade de algumas informações, em função da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), algumas pesquisas não foram realizadas para os anos de 2020 e 2021, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC do IBGE, o que levou a Fapespa a ter que estimar alguns indicadores para o referido ano.

Dos 31 indicadores previstos na Lei 8.327/2015, cerca de 19 (dezenove) foram oficialmente produzidos pelo IBGE até 2015 por meio da PNAD Anual, substituída a partir de 2016 pela PNAD Contínua Anual (Módulos) e trimestral. Mediante a inevitabilidade da substituição das pesquisas, faz-se necessária a harmonização metodológica, de acordo com

as novas diretrizes da PNAD Contínua, para uniformizar os conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE com os que estão descritos na Lei n.º 8.327/2015.

Além desse diagnóstico, o Mapa da Exclusão Social ganha relevância por seus indicadores sociais estarem dispostos no Plano Plurianual de Ação Governamental, no que concerne suas metas de melhorias, as chamadas Metas Sociais, que também integram a LOA, contendo as metas a serem atingidas no próximo ano e a discriminação das ações a serem desenvolvidas para o alcance dessas metas.

O estado do Pará, pela dimensão territorial e especificidades geográficas, históricas e socioeconômicas que configuram suas regiões, suscita a necessidade de observação detalhada de aspectos das realidades sociais mais vulneráveis para mensurar a eficácia de ações e políticas voltadas ao seu contexto populacional. Como contribuição a esse desafio, o Mapa da Exclusão Social foi introduzido como um documento de gestão e de acompanhamento da sociedade que possibilita melhor arbitrar sobre as temáticas nele investigadas.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

2 EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER

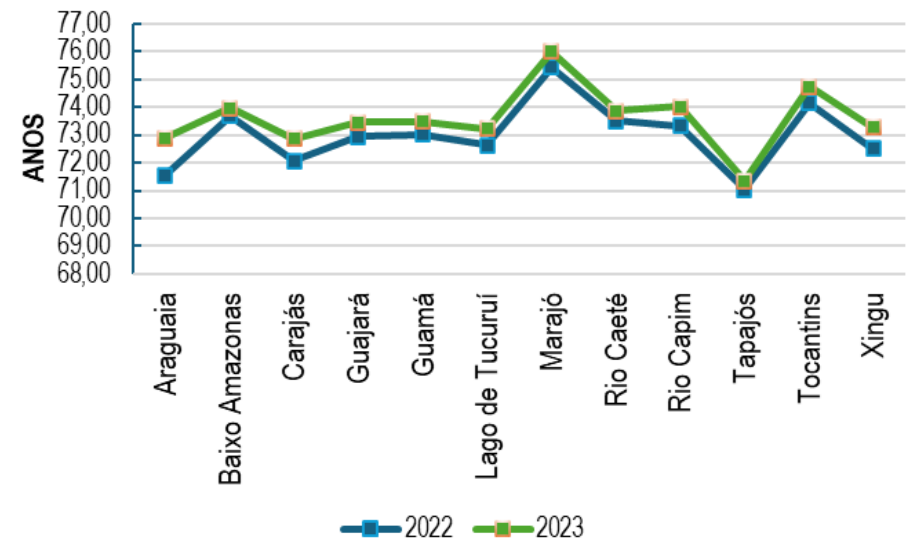
A expectativa de vida ao nascer reflete as condições gerais de vida de uma população, sendo representada a partir do número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido. Este indicador considera as medidas básicas das taxas de mortalidade observadas no ano em análise. Suas variações, em geral, são diferenciadas segundo a idade e o sexo.

A composição deste indicador considera a população residente e os óbitos registrados no período analisado. Sua fórmula de cálculo demonstra a razão entre o número de pessoas/anos vividos a partir do nascimento e o número de sobreviventes, conforme a Lei n.º 8.327/2015. Neste mapa são expostos os resultados referentes aos anos de 2022 e 2023 no estado do Pará e por RI.

O Gráfico 1 aponta para uma tendência de crescimento no indicador expectativa de vida ao nascer em todas as RIs entre 2022 e 2023. Apresentaram maior crescimento as RIs Araguaia 1,34 ano, Carajás 0,79 ano, Xingu 0,76 ano, Rio Capim 0,69 ano, Lago de Tucuruí e Tocantins apresentaram 0,59 ano cada. Baixo Amazonas e Tapajós foram as RIs que

apresentaram as menores variações no período, com 0,29 ano e 0,30 ano, respectivamente.

Gráfico 1 - Expectativa de vida ao nascer nas Regiões de Integração, 2022–2023.



Fonte: SESP/FAPESPA, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Na tabela 1 o indicador expectativa de vida ao nascer, expresso em anos, traz os dados do Pará e das RIs em 2022 e 2023.

No Pará a expectativa de vida ao nascer teve uma variação positiva de 0,57 ano em 2023, passando de 73,07 anos para 73,64 anos.

Dentre as regiões que apresentaram crescimento está a RI Araguaia, cujo crescimento foi de 1,34 ano, o maior entre as RIs, passando de 71,56 anos em 2022 para 72,90 anos em 2023.

Carajás e Xingu também estão entre as regiões com os maiores crescimentos desse indicador, com 0,79 e 0,76 ano, respectivamente. Carajás passou de 72,08 anos em 2022 para 72,87 anos em 2023. Já a RI Xingu apareceu com 72,51 anos em 2022 e 73,27 anos em 2023.

Tabela 1 - Expectativa de vida ao nascer (em anos), no Estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

Unidade Geográfica	2022	2023
Pará	73,07	73,64
Araguaia	71,56	72,90
Baixo Amazonas	73,69	73,98
Carajás	72,08	72,87
Guajará	72,95	73,46
Guamá	73,01	73,49
Lago de Tucuruí	72,64	73,23
Marajó	75,43	76,00
Rio Caeté	73,50	73,86
Rio Capim	73,33	74,02
Tapajós	71,04	71,34
Tocantins	74,16	74,75
Xingu	72,51	73,27

Fonte: SESP/FAPESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: os dados populacionais de 2023 são provenientes de estimativas elaboradas pela Fapespa (CES), com base em estimativas divulgadas pelo IBGE (2019–2021) e o Censo de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 1: Evolução da expectativa de vida ao nascer por Região de Integração, 2022–2023.

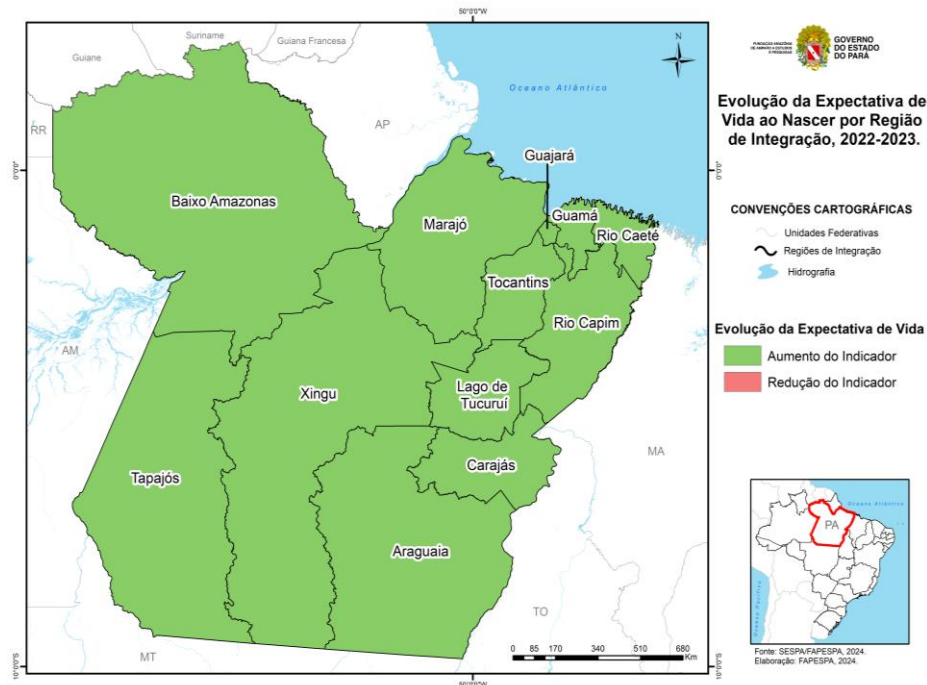
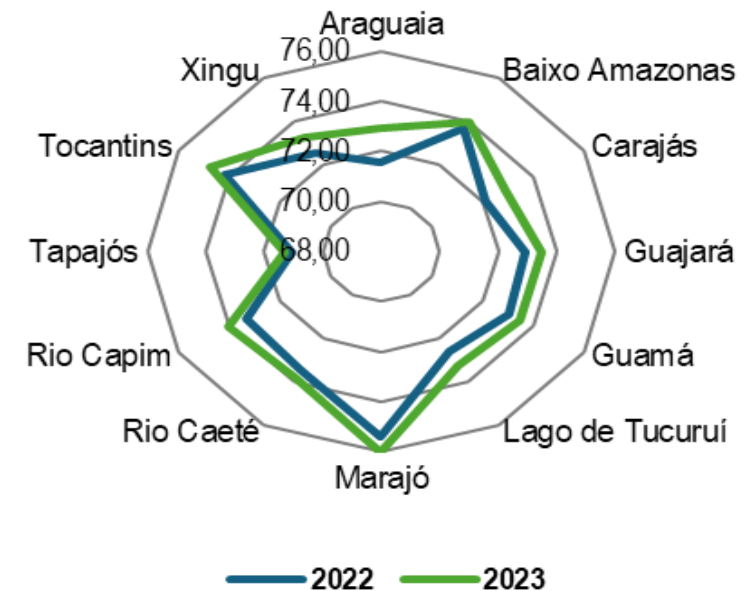


Gráfico 2: Comparação da expectativa de vida ao nascer entre as Regiões de Integração, 2022–2023.



Fonte: SESP/FAPESPA, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

É possível notar que a expectativa de vida aumentou nas RIs de 2022 a 2023, conforme demonstrado no gráfico 2, onde consta a comparação da expectativa de vida ao nascer entre as RIs.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Expectativa de vida ao nascer

Mudanças associadas à urbanização, escolarização, renda, mortalidade e saúde, de forma geral, influenciam significativamente a expectativa de vida de uma população. Assim, esse indicador é fundamental para a compreensão das políticas públicas, suas dimensões e seus impactos. De outra forma, o aumento da longevidade da população resulta em uma maior demanda por bens e serviços, incluindo políticas sociais governamentais, especialmente as de saúde. Isso se aplica a diversos padrões que sustentam o sistema e ao processo de envelhecimento da população, visando garantir o bem-estar e uma vida considerada saudável.

Por conta disso, os investimentos realizados pelo estado do Pará, em 2023, no âmbito dos direitos fundamentais e para a melhoria da qualidade de vida, foram destinados a serviços públicos, como saúde, trabalho e renda, habitação adequada, atendimento social e outros.

Em termos de ações governamentais, um dos investimentos do governo estadual para a área da saúde em 2023 foi o de R\$ 12 milhões na nova UTI pediátrica São Damião e no Centro de estudos e treinamento em

saúde (CETS) da Santa Casa, além de ações como a ampliação de leitos de alta complexidade, com 840 leitos obstétricos cirúrgicos e 2.859 leitos cirúrgicos, entre outros.

O Pará continuou a investir no sistema estadual de segurança pública, abrangendo recursos humanos, tecnologia, inteligência e logística, o que tem possibilitado alcançar resultados significativos na redução dos índices de criminalidade. Em 2023 foram investidos cerca de R\$ 10 milhões em ações de segurança em unidades policiais reconstruídas e adequadas, com a melhoria de delegacias policiais nos municípios de Afuá, Anajás, Curralinho, Muaná, Salvaterra, Xinguara e Barcarena. Foram aplicados cerca de R\$ 23 milhões em 14 unidades do Departamento Estadual de Trânsito do Pará (Detran-Pa) reestruturadas em municípios das RIs Baixo Amazonas, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Rio Capim, Tapajós e Tocantins. Outros 50 milhões foram investidos em aquisição de equipamentos para o corpo de bombeiros (14 viaturas de combate a incêndios, 29 viaturas de resgate e 1.300 equipamentos de proteção individual), atendendo a totalidade da corporação. Cerca de R\$ 1 milhão foi investido na regionalização dos serviços de segurança pública, com a



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

entrega do 1º Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) e do novo Núcleo Integrado de Operações (NIOP), no município de Marabá, entre outros investimentos.

Na educação foram investidos cerca de R\$ 415 milhões em infraestrutura de escolas da atenção básica, incluindo reconstruções de unidades escolares, em todo o Pará. Os recursos também financiaram projetos estratégicos para melhoria de indicadores, como o “Dinheiro na Escola Paraense”, apto a beneficiar mais de 500 escolas, mostrando-se uma ferramenta eficiente de gestão. Foi instituída a Política Pública de Meio Ambiente para Sustentabilidade e Clima, sendo o Pará o primeiro estado do Brasil a tornar a educação ambiental disciplina obrigatória para os estudantes nas escolas da rede estadual.

Na área da proteção social, o objetivo do enfrentamento das desigualdades sociais integra a agenda governamental, tendo sido investido cerca de R\$ 1,8 bilhão em serviços, benefícios, programas e projetos nas áreas de assistência social, atendimento socioeducativo, segurança alimentar e nutricional, visando à garantia da proteção social aos

cidadãos, contribuindo no enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social das famílias e indivíduos.



3 EMPREGO

Neste tópico será realizada uma abordagem das dinâmicas do mercado de trabalho através do perfil da população economicamente ativa (PEA), termo adotado pelo IBGE para se referir a pessoas em idade ativa (10 a 65 anos) e que são classificadas como ocupadas ou desocupadas. Neste sentido, serão utilizados indicadores demográficos que estejam relacionados à temática do emprego a partir da taxa de participação da PEA e distribuição por faixa etária e sexo. A análise se dará de forma comparativa entre Brasil, Região Norte e estado do Pará, nos anos de 2022 e 2023.

POPULAÇÃO OCUPADA

- **População economicamente ativa (PEA) ocupada e taxa de ocupação**

Neste indicador foi utilizada comparativa do quadro de distribuição percentual da PEA e da taxa de ocupação para cada mil pessoas. Segundo os dados apresentados na tabela 2, observa-se que, na categoria da

população em idade a trabalhar, houve crescimento percentual de 0,88% no Brasil; já na Região Norte, esse índice foi de 1,49%; e no Pará, o crescimento foi de 1,12% no ano de 2023. Quanto à categoria força de trabalho, de 2022 a 2023 os números mostraram queda de -0,04% no Brasil, -0,70% na Região Norte e -0,24% no estado do Pará. Com relação ao percentual de força de trabalho entre pessoas ocupadas, houve crescimento de 1,37% no Brasil, 0,43% na Região Norte e 0,89% no Pará. O percentual de força de trabalho entre pessoas desocupadas registrou queda de -13,9% no Brasil, -11,9% na Região Norte e -11% no estado do Pará. Já na categoria fora da força de trabalho — que se refere tanto a pessoas beneficiárias do programa seguro-desemprego quanto às pessoas que não tenham tomado providência efetiva para conseguir trabalho e, portanto, são classificados como “fora da força de trabalho” —, verificou-se que houve crescimento de 2,42% no Brasil; o maior crescimento ocorreu na Região Norte (4,95%); e, no Pará, o crescimento foi de 3,25%.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 2 – População economicamente ativa ocupada e taxa de ocupação no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.

Indicadores	2022			2023		
	Brasil	Região Norte	Pará	Brasil	Região Norte	Pará
População em idade a trabalhar (mil pessoas)	173.262	14.447	6.809	174.793	14.663	6.885
Força de trabalho (mil pessoas)	108.061	8.820	4.150	108.009	8.758	4.140
Força de trabalho ocupada (mil pessoas)	98.046	8.008	3.753	99.390	8.043	3.786
Força de trabalho desocupada (mil pessoas)	10.015	812	398	8.619	715	354
Fora da força de trabalho (mil pessoas)	65.201	5.627	2.659	66.785	5.905	2.745
Taxa de ocupação (%)	90,8	91,6	91,3	92,0	91,9	91,5
Taxa de desocupação (%)	9,3	8,4	8,7	8,0	8,2	8,6

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

Com relação às taxas de ocupação, o Brasil apresentou aumento de 1,2 p.p. Na Região Norte, o aumento foi de 0,3 p.p. e, no Pará, de 0,2 p.p. Quanto às taxas de desocupação, estas também apresentaram redução, de -1,3 p.p. no Brasil, -0,2 p.p. na Região Norte e -0,1 p.p. no Pará.

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

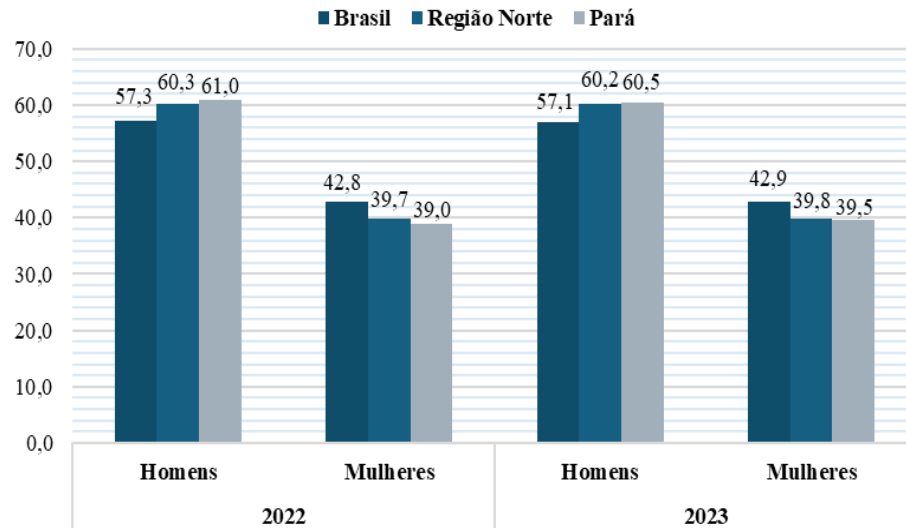
- **Participação da população ocupada por sexo**

O indicador referente à participação da população ocupada por sexo no Brasil nos anos de 2022 e 2023 apresentou algumas tendências relevantes, refletindo tanto as características demográficas quanto as dinâmicas econômicas e sociais das diferentes regiões do país. De acordo com o gráfico 3, o desempenho da participação percentual da população ocupada em 2022 e 2023 aponta que o público masculino ainda continua a representar uma parcela maior da população ocupada em comparação às mulheres. Apesar de apresentar predominância em termos de participação, o público masculino apresentou queda de -0,2 p.p. no território nacional em 2023. Na Região Norte, a queda foi de -0,1 p.p.; e no Pará, -0,5 p.p. Quanto à participação da população ocupada do sexo feminino, os dados apontaram para um pequeno aumento em termos percentuais de participação, de 0,1 p.p. no Brasil e na Região Norte e 0,5 p.p. no Pará (ver gráfico 3).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 3 – Participação da população ocupada por sexo, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

- **Participação da população ocupada por faixa etária**

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD 2024, com relação à dinâmica de participação da população ocupada por faixa etária, é possível identificar, no gráfico 4, que o maior

percentual de participação está concentrado na faixa de pessoas com idade entre 25 e 39 anos, seguida da faixa de 40 a 59 anos.

De acordo com os dados apresentados em 2023, o contingente de jovens com ocupação na faixa de 25 a 39 anos no Brasil era de 38,8%, 0,4 p.p. menor que no ano anterior; na Região Norte, era de 39,7%, um acréscimo de 0,1 p.p.; e, no Pará, era de 39,9%, 1,1 p.p. de acréscimo. No Brasil, essa faixa corresponde a 39,3% da população ocupada, com um acréscimo de 0,5 p.p. no ano de 2023; na Região Norte, a participação era de 37,5% em 2023, com acréscimo de 0,6 p.p.; e no Pará, a participação foi de 36,8%, com queda de -0,1 p.p. Os jovens na faixa de 18 a 24 anos representam a terceira faixa em percentual de participação, onde se percebe redução em todas as regiões, nas quais houve queda de -0,3 p.p. no ano de 2023, sendo que o Brasil registrou participação de 12,8%; a Região Norte, 14,3%; e o Pará, 14,4%.

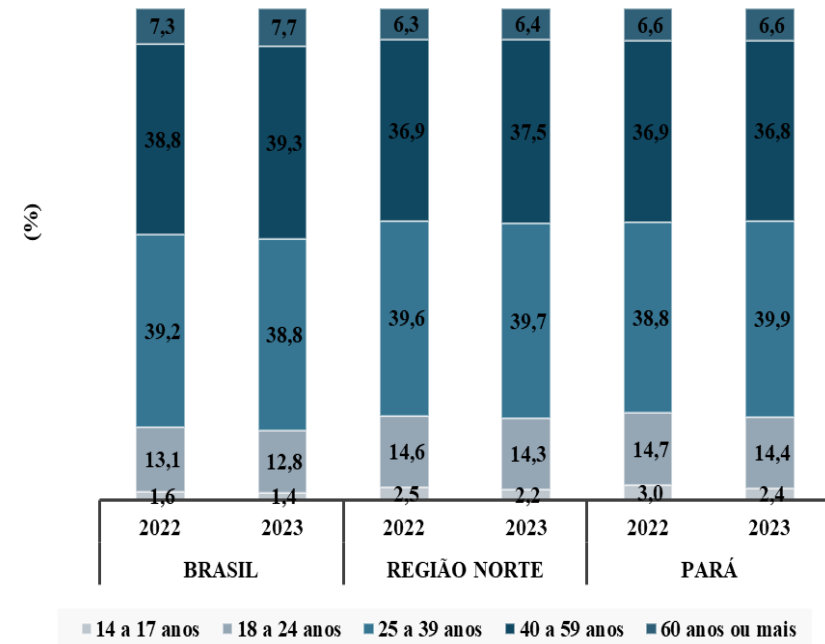
As duas faixas etárias que registraram a menor participação foram da população com 60 anos ou mais, que são considerados idosos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para países em desenvolvimento, e os jovens entre 14 e 17 anos. No Brasil a faixa etária de pessoas de 60 anos



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

ou mais registrou participação de 7,7% em 2023, aumentando em 0,4 p.p.; na Região Norte o percentual de participação foi de 6,4%, aumento de 0,1 p.p.; e no Pará o percentual de participação foi de 6,6%, não havendo alteração em relação ao ano anterior. Já na faixa etária de 14 a 17 anos foi registrado o menor percentual de participação entre a população ocupada. No Brasil a taxa foi de 1,4%, redução de -0,2 p.p.; em 2023, na Região Norte o percentual foi de 2,2%, tendo um decréscimo de -0,3 p.p.; e no Pará o percentual de participação desse público foi de 2,4%, redução de -0,6 p.p.

Gráfico 4: Participação da população ocupada por faixa etária, no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

- **Participação da população ocupada por posição na ocupação no trabalho**

Em análise comparativa da distribuição percentual de ocupados por posição na ocupação no território nacional, Região Norte e Pará, verificou-se, de modo geral, que não houve mudanças muito significativas em relação à participação dos ocupados por posição entre 2022 e 2023. De acordo com os dados apresentados, o pessoal ocupado na posição de empregado, posição mais representativa nas três unidades federativas, mostrou que no Brasil o percentual de participação passou de 67,8% em 2022 para 68,78% em 2023, aumento de 0,98 p.p.; na Região Norte o percentual passou de 59% para 61,5%, acréscimo de 2,5 p.p.; e no estado do Pará, o percentual de participação passou de 57,6% para 60,63% em 2023, aumento de 3,03 p.p.

Quanto ao percentual de participação da categoria empregador, os dados apontaram para uma redução em participação entre 2022 e 2023. No Brasil a participação diminuiu -0,07 p.p., na Região Norte houve aumento de 0,25 p.p. e o Pará teve saldo positivo de 0,5 p.p. As demais categorias apresentaram queda em percentual de participação por posição da

população ocupada. Na categoria conta própria, a redução foi de -0,55 p.p. no Brasil. A maior redução ocorreu na Região Norte -2,72 p.p., seguida do Pará, com redução de -2,52 p.p. Já na última categoria analisada, a de trabalhador familiar auxiliar, os dados apontaram redução de -0,3 p.p. no Brasil, -0,67 p.p. na Região Norte e -1,02 p.p. no estado do Pará, a maior redução entre as três unidades (tabela 3).

Tabela 3 – Participação da população ocupada por posição na ocupação no trabalho principal no Brasil, Região Norte e Estado do Pará, 2022–2023.

Posição na ocupação		Brasil	Região Norte	Pará
2022	Empregado	67,8	59,0	57,6
	Empregador	4,3	3,8	4,4
	Conta própria	26,1	32,2	32,7
	Trabalhador familiar auxiliar	1,8	5,1	5,3
2023	Empregado	68,78	61,50	60,63
	Empregador	4,23	4,05	4,90
	Conta própria	25,55	29,98	30,18
	Trabalhador familiar auxiliar	1,50	4,43	4,28

Fonte: IBGE- PNADC/T, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – EMPREGO

Com relação à geração de emprego no estado do Pará, o governo estadual gerou empregos diretos e indiretos por meio dos investimentos públicos em obras realizadas nos municípios paraenses, tanto em projetos de transporte, em todas as modalidades, quanto em projetos executados em parceria com a iniciativa privada, como as Usinas da Paz, que oferecem múltiplos serviços de políticas públicas diversas.

O Pará conseguiu recordes na geração de empregos formais na Região Norte. Em 2022, de janeiro a dezembro, foram criados mais de 32 mil novos postos de trabalho, com destaque para os setores de serviços, comércio, indústria e agropecuária. O Estado iniciou o processo de elaboração do PARÁ 2050, que tem como objetivo o planejamento estratégico de longo prazo, de caráter participativo e multissetorial, que será construído pelo conjunto da sociedade e implantado a partir de 2024, na busca da melhoria dos indicadores sociais e na distribuição de riqueza, ampliação da base produtiva e competitividade econômica, promoção da

sustentabilidade ambiental e aperfeiçoamento e inovação da gestão pública.

Outras ações do governo do estado que ajudaram na geração de novos empregos foram o Programa Primeiro Ofício, que beneficiou mais de 2 mil jovens aprendizes em 20 municípios paraenses, o Programa Qualifica Pará, que alcançou cerca de 20 mil pessoas em todo o estado e no qual foram aplicados R\$ 30 milhões, e a Feira Estadual de Artesanato em Belém, que incentivou mais de 3.545 empreendedores em economia solidária.



4 RENDA

O presente Mapa da Exclusão Social do Pará baseia-se em três variáveis para analisar a temática de renda: a renda média de todas as fontes, o Índice de Gini da Renda do emprego formal e a Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. Os dados foram adquiridos a partir da base do IBGE e da RAIS para os anos de 2022 e 2023, com o recorte temporal e metodológico de acordo com o que disciplina a Lei n.º 8.327/2015.

Esta temática está diretamente associada ao ODS 1, que tem como diretriz “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”. Outro ODS que também é objeto de análise deste mapa é o de número 10, cuja diretriz é “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”.

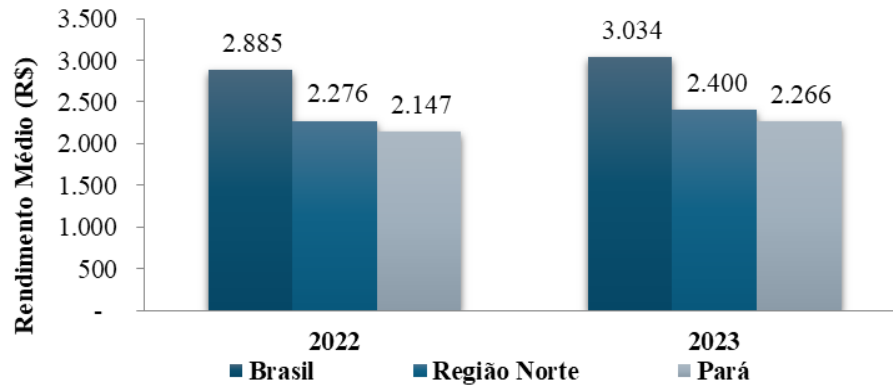
RENDA MÉDIA DE TODAS AS FONTES

Segundo os dados do IBGE-PNADC/T sobre o rendimento médio real de pessoas de 14 anos ou mais, apresentados no gráfico 5, fica evidente que ocorreu aumento no rendimento médio do trabalhador paraense entre 2022 e 2023. Em análise comparativa, percebeu-se que o rendimento médio do trabalhador brasileiro aumentou 5,16% em relação a 2022, atingindo R\$ 3.034,00 (2023). Na Região Norte o aumento foi de 5,44%, atingindo rendimento de R\$ 2.400,00. No Pará o aumento foi de 5,54%, rendimento de R\$ 2.266,00 em 2023 em comparação ao ano anterior.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 5 – Rendimento médio real (R\$) de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas. Brasil, Região Norte e Pará, 2022–2023.



Fonte: IBGE-PNADC/T, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: os dados de 2022 foram atualizados segundo a PNAC/T, atualizada em 17/05/2024, bem como os dados de 2023, tabela 6472 do IBGE.

Quanto ao rendimento médio real do trabalho principal, é possível observar que 11 dos 12 tipos de trabalhadores apresentados na tabela 4 tiveram acréscimo no rendimento em real, exceto o empregado do setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada, que apresentou perda salarial de -5,58% — seu

rendimento passou de R\$ 5.357,00 em 2022 para R\$ 5.058,00 em 2023. Os demais trabalhadores tiveram acréscimos no rendimento médio de no mínimo 1,88%, como é o caso do trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada.

O maior ajuste no rendimento salarial ocorreu na categoria trabalhador empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário sem carteira de trabalho assinada, cujo acréscimo foi de 18,79%, passando de R\$ 2.038,00 em 2022 para R\$ 2.421,00 em 2023. Outra categoria com ajuste elevado de rendimento foi a de empregador, cujo ajuste salarial foi de 14,88%, passando de R\$ 4.749,00 para R\$ 5.456,00 em 2023.

No rendimento médio dos trabalhadores domésticos houve aumento de 5,70%, passando de R\$ 806,00 em 2022 para R\$ 852,00 no ano seguinte. Quanto aos trabalhadores por conta própria, estes registraram acréscimo salarial anual de 4,6%, atingindo a receita de R\$ 1.281,00 em 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 4 – Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – Pará, 2022–2023.

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	2022	2023
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.725	1.868
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	2.210	2.353
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	1.225	1.312
Trabalhador doméstico	806	852
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1.286	1.401
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	743	757
Empregado no setor público	3.747	4.025
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada	5.357	5.058
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada	2.038	2.421
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	4.517	4.955
Empregador	4.749	5.456
Conta própria	1.231	1.281

Fonte: IBGE-PNADC/T, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini é uma das principais ferramentas utilizadas para analisar o nível de desigualdade social a partir do estudo da variável de distribuição de renda, neste sentido, a renda é uma das bases de qualquer estudo econômico.

Para tal análise, o índice de Gini aponta o grau de concentração de renda em determinado grupo ou espaço, a partir da variação entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. Sua construção está baseada na “Curva de Lorenz”.

O cálculo do Coeficiente de Gini neste estudo se deu através da relação entre as variáveis proporção de salários (renda) e proporção de vínculos empregatícios (população), analisadas no período de 2022 a 2023, por RI (Tabela 5).

De acordo com os resultados do Índice de Gini, no estado do Pará, em 2023, houve uma redução na diferença na concentração de renda. O índice passou de 0,2909 para 0,2812 entre 2022 e 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

É possível notar, a partir dos resultados, que houve uma retração da desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores em emprego formal em todas as RIs. Os dados dos rendimentos do trabalho formal obtidos através do cálculo do Índice de Gini no Pará apontam que a RI Guajará, ainda que tenha registrado o maior índice (0,3440) em 2023, apresentou redução na desigualdade salarial. A RI Guamá obteve o menor índice (0,1350) em 2023.

Tabela 5 – Índice de Gini da renda do emprego formal por Região de Integração, 2022–2023.

Estado/RI	2022	2023*
Pará	0,2909	0,2812
Araguaia	0,1987	0,1736
Baixo Amazonas	0,2453	0,2308
Carajás	0,2826	0,2651
Guajará	0,3500	0,3440
Guamá	0,1589	0,1350
Lago de Tucuruí	0,2005	0,1982
Marajó	0,2209	0,1931
Rio Caeté	0,1724	0,1571
Rio Capim	0,2120	0,1913
Tapajós	0,1954	0,1805
Tocantins	0,2173	0,2002
Xingu	0,2123	0,1822

Fonte: ME (RAIS)/FAPESPA, 2024.

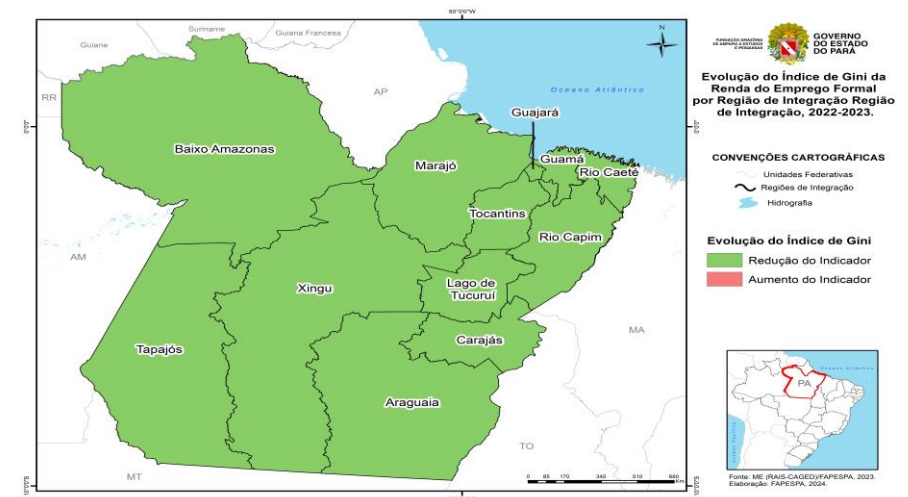
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2024.

Nota 1: para o cálculo do Índice de Gini usado neste trabalho utilizou-se a proporção de salários (renda) pela proporção de vínculos empregatícios (população).

Nota 2: o cálculo não levou em consideração vínculos empregatícios que não se enquadravam em nenhuma faixa salarial constituída pela RAIS.

*Valores estimados pela FAPESPA, em função de a plataforma de extração de dados do "Novo CAGED" não disponibilizar informações sobre o saldo do emprego por faixa de salários mínimos.

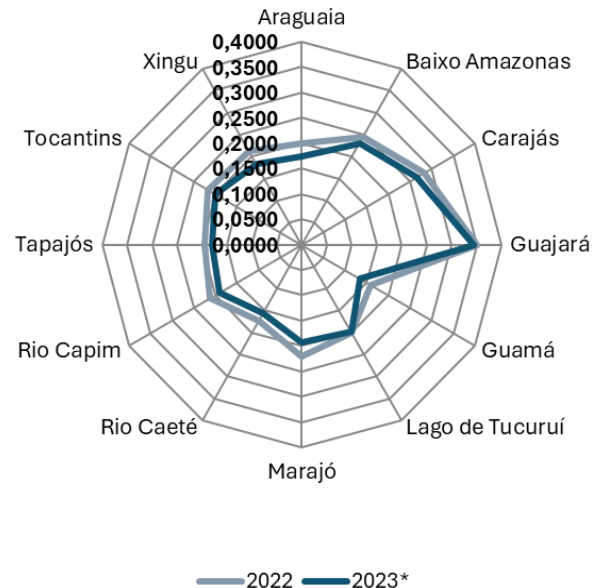
Figura 2 – Evolução do índice de Gini da renda do emprego formal por Região de Integração, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 6 – Comparação do índice de Gini da renda do emprego formal entre as Regiões de Integração, 2022–2023.



Fonte: ME (RAIS)/FAPESPA, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

Conforme observado na tabela 5 e exemplificado no gráfico 6, considerando a comparação do índice de Gini do emprego formal, os dados mostraram que houve recuo da desigualdade de renda

entre as RIs no ano de 2023 em comparação ao ano anterior.

PESSOAS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

Um dos principais critérios utilizados para definir a população na linha de pobreza estabelece que um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, considerando-se determinado espaço geográfico e no ano considerado, de acordo com a Lei Estadual n.º 8.327/2015. Nesse sentido, o indivíduo considerado pobre é todo aquele cujo nível de renda ou consumo per capita de sua família ou domicílio está abaixo do mínimo essencial para suprir necessidades humanas básicas. Esse mínimo é, usualmente, chamado “linha de pobreza”.

A falta de acesso a serviços básicos e fundamentais, como ensino de boa qualidade, saúde, energia elétrica e água potável, ainda é uma realidade para milhões de pessoas em todo o mundo, seja por fatores socioeconômicos, de gênero, etnia ou geografia. Neste sentido, é importante que se faça um debate mais amplo, levando pensadores e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

gestores de políticas sociais a uma maior clareza sobre o problema e os meios de enfrentá-lo em todo o mundo.

A série de informações sobre rendimento domiciliar per capita, que era divulgada pela PNAD/IBGE, foi disponibilizada pela última vez em 2015. Através dessa pesquisa, a Fapespa calculava a taxa de pobreza, o que não foi mais possível a partir de 2016 devido à descontinuidade da informação. Contudo, é possível mensurar a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza a partir dos indivíduos cadastrados no CadÚnico que declararam ter renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, ou seja, abaixo da linha da pobreza.

Ressalta-se que a metodologia da PNADC e do CadÚnico são distintas. Porém, tal mensuração pode ser considerada uma proxy (representação) da taxa de pobreza. Por este motivo, os dados disponíveis e apresentados nesta versão do Mapa são oriundos do CadÚnico, sistema do Governo Federal que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir daí, selecionar as famílias

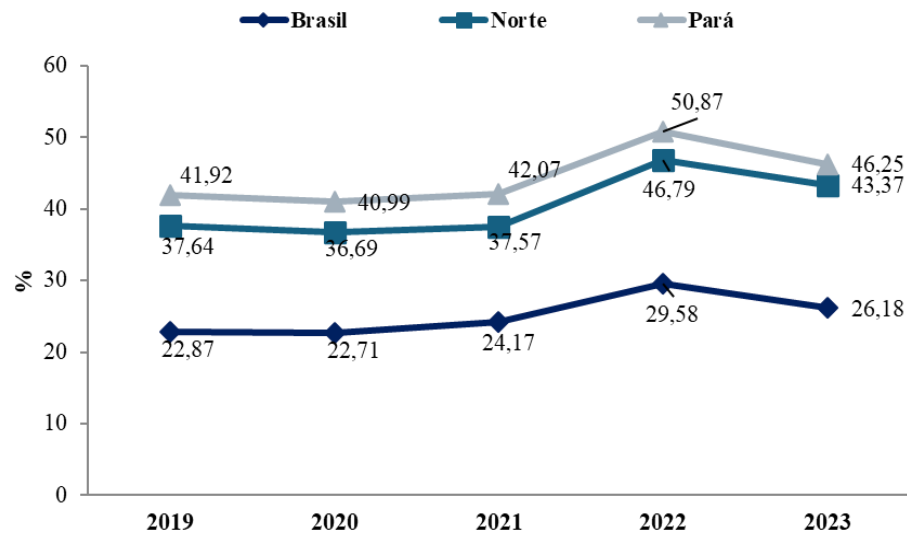
para diversos programas sociais. Dessa forma, utilizou-se essa proxy em substituição à série que sofreu descontinuidade por terem a mesma nomenclatura (“Proporção de Pessoas abaixo da Linha da Pobreza”) do indicador exigido pela Lei n.º 8.327/2015.

Neste Mapa de Exclusão Social, o indicador apresentou tendência de crescimento nos índices de famílias em situação de pobreza cadastradas no CadÚnico no ano de 2022 e queda no ano seguinte. De acordo com os dados, no Brasil o índice de famílias era de 29,58% em 2022, caindo para 26,18% em 2023, uma redução de 3,4 p.p. Na Região Norte o índice de famílias na linha da pobreza era de 46,79% em 2022 e caiu para 43,37% em 2023, uma redução de 3,42 p.p. O Pará apresentou o maior índice, com 50,87% de famílias em 2022, o que diminuiu para 46,25% em 2023 uma queda de 4,62 p.p.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 7 – Proporção de pessoas no CadÚnico em famílias em situação de pobreza¹ (Proxy da Taxa de Pobreza) – Brasil, Região Norte e Pará, 2019–2023.



Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: ocorreram mudanças metodológicas no sistema VIS-DATA do MDS quanto às faixas de renda das pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único. Para a faixa da pobreza utilizou-se as faixas 1 e 2 (renda familiar per capita mensal de R\$ 105 até R\$ 218). Os dados demográficos de 2023 foram estimados pela Fapespa com base nos dados estimados pelo IBGE 2012-2021 e o Censo Demográfico de 2022.

Considerando a base de informações municipais do CadÚnico calculou-se também o indicador por RI, para o período de 2021 a 2023, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Proporção de pessoas do CadÚnico em situação de pobreza¹ (Proxy da Taxa de Pobreza), por Região de Integração do estado do Pará, 2022–2023.

Estado/RI	População			População Pobre		Taxa de Pobreza (%)	
	Estimada 2021	Censo 2022	Estimada 2023	2022	2023	2022	2023*
Pará	8.777.124	8.120.131	8.207.261	4.130.439	3.795.456	50,87	46,25
Araguaia	583.777	454.710	463.258	186.022	164.496	40,91	35,51
Baixo Amazonas	750.258	785.819	790.582	448.626	421.406	57,09	53,30
Carajás	707.165	763.106	773.801	263.470	242.169	34,53	31,30
Guajará	2.269.233	1.978.620	1.993.897	770.681	691.712	38,95	34,69
Guamá	706.880	658.986	665.719	346.157	309.855	52,53	46,54
Lago de Tucuruí	436.351	325.528	331.103	171.439	156.892	52,66	47,38
Marajó	577.790	557.220	564.150	446.709	401.715	80,17	71,21
Rio Caeté	532.257	493.001	497.425	305.200	279.831	61,91	56,26



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Rio Capim	711.361	619.087	627.088	334.224	302.418	53,99	48,23
Tapajós	222.500	250.295	250.978	119.418	109.613	47,71	43,67
Tocantins	889.678	841.715	852.911	514.148	506.453	61,08	59,38
Xingu	389.874	392.044	396.352	224.345	208.896	57,22	52,70

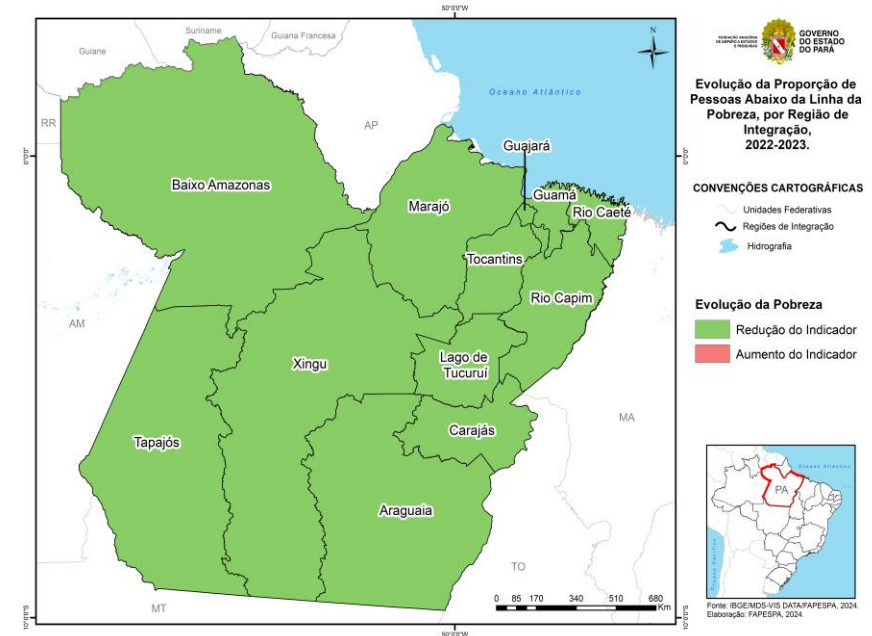
Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota 1: ocorreram mudanças metodológicas no sistema VIS-DATA do MDS quanto às faixas de renda das pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único. Para a faixa da pobreza utilizou-se as faixas 1 e 2 (renda familiar per capita mensal de R\$ 105 até R\$ 210).

* os indicadores para o ano de 2023 foram estimados pela Fapespa/CES, devido ao fato de as pesquisas sobre a população ainda não terem sido disponibilizadas para o ano de 2023 pela equipe da PNADC do IBGE. Também ressalta-se que o lançamento do Censo Demográfico 2022 apresentou retração em todas as abrangências observadas em relação à população estimada de 2021, de -4,8% no Brasil, -7,5% no Pará e -8,2% na Região Norte.

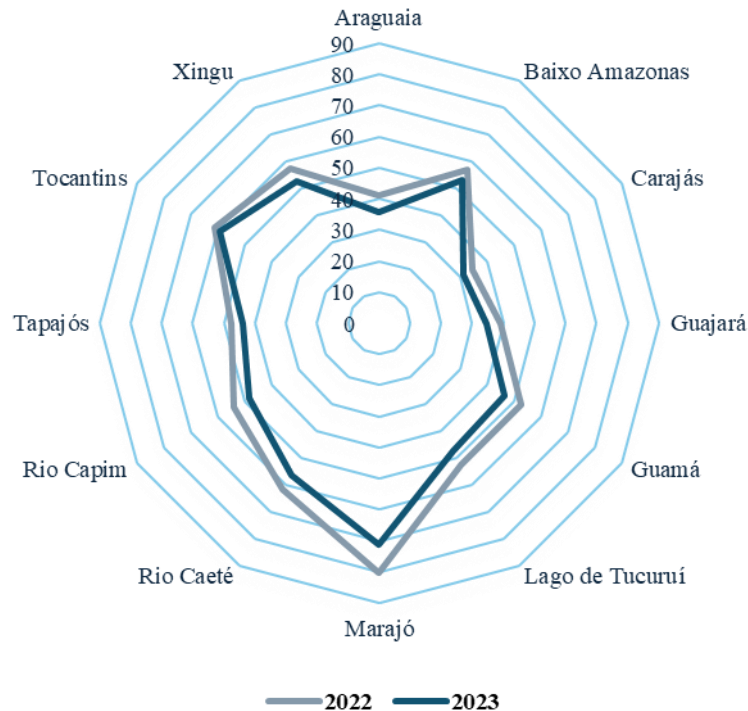
Figura 3 – Evolução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza, por Região de Integração, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 8 – Comparação da taxa de pobreza entre as Regiões de Integração, 2022–2023.



Fonte: IBGE/MDS-VIS DATA/FAPESPA, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

De acordo com o gráfico 8, é possível notar que houve um recuo da taxa da pobreza entre as RIs em 2023.

AÇÕES DO GOVERNO – Renda

Com o intuito de enfrentar a problemática das condições de pobreza ainda fortemente presentes no estado, o Poder Executivo estadual tem implantado programas para beneficiar a população mais carente do Pará. O Programa Estadual Renda Pará beneficiou cerca de 520 mil famílias, com investimento de R\$ 52 milhões, assim como o Programa Vale Gás, que atendeu aproximadamente 50 mil famílias, inseridas no Cadastro Único, totalizando mais de R\$ 17 milhões. O Programa Água Pará quitou as contas de abastecimento de água de mais de 380 mil domicílios. O Programa de renda cidadã Bora Belém, cooperação entre o Governo do Pará e a Prefeitura de Belém, transferiu mais de R\$ 30 milhões a cerca de 16 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. O Programa Recomeçar disponibilizou um salário mínimo a 16 mil famílias que tiveram suas residências afetadas por situações de calamidade pública e outros riscos sociais.



5 EDUCAÇÃO

A educação desempenha um papel crucial em praticamente todos os ODSs da Agenda 2030, seja de forma direta ou indireta, de maneira fundamental ou abrangente.

No ODS 1, por exemplo, a educação é destacada como um fator chave para que as pessoas possam sair da pobreza, adquirindo habilidades e conhecimentos que as tornam mais empregáveis e capacitadas para criar renda e erradicar a pobreza. Já o ODS 4 objetiva assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, por meio da implementação de suas 10 metas, que estão em acordo, direta ou indiretamente, com o Plano Nacional e Estadual de Educação, logo alinhados aos programas de gestão do Governo Estadual (PARÁ, 2021a).

Desse modo, neste Mapa a educação será avaliada segundo os resultados dos seguintes indicadores: Taxa de Aprovação, Taxa de Reprovação, Taxa de Abandono e Taxa de Distorção Idade-Série, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio; Taxa de Alfabetização de Adultos

e Incremento no Ensino Superior; com dados correspondentes aos anos de 2022 e 2023, os quais estão desagregados considerando-se o estado do Pará e suas RIs. Enfatiza-se ainda que as taxas referentes a aprovação, reprovação e abandono estão em conformidade com a metodologia proposta pelo INEP. A taxa de alfabetização de adultos e o incremento no ensino superior consideram as informações da PNADC/IBGE. Outra questão que se destaca são os registros das unidades territoriais Brasil, Norte, Pará e RMB, devido à indisponibilidade de dados que possibilite desagregar as informações por RI.

TAXA DE APROVAÇÃO

O indicador taxa de aprovação refere-se ao percentual de estudantes que foram aprovados em uma determinada disciplina, curso ou ano letivo. O objetivo principal desse indicador é verificar quantos alunos conseguiram alcançar os requisitos mínimos para avançar no currículo educacional. Uma alta taxa de aprovação pode indicar eficácia no ensino e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

aprendizagem, enquanto uma baixa taxa pode sugerir problemas no processo educativo.

De acordo com os dados do MEC e do INEP, a Taxa de Aprovação no Pará (ilustrada na Tabela 7) alcançou em 2023 índices de 91,30% no ensino fundamental e 98,70% no ensino médio, demonstrando um crescimento de 4,6 p.p. e 20,3 p.p. em relação ao ano anterior, respectivamente. Esses índices mostram que, nas etapas do ensino fundamental, assim como no ensino médio, a média registrada voltou a crescer em comparação a anos anteriores à pandemia, o que aponta para um período de evolução positiva nos indicadores educacionais em virtude das medidas governamentais adotadas para evitar a retenção e garantir o progresso escolar dos alunos.

Com relação a esse indicador entre as RIs em 2023, houve crescimento em todas as regiões. No ensino fundamental as regiões com maior crescimento em pontos percentuais foram as RIs Rio Caeté, com aumento de 7,4 p.p., alcançando 93,05% em 2023; Guajará, que obteve um crescimento de 6,5 p.p., chegando a 98,72%; Marajó, que cresceu 6,13 p.p.

(82,99%); Rio Capim, que cresceu 5,38 p.p. (91,14%); e Guamá, que cresceu 5,13 p.p. (91,11%).

No ensino médio, notou-se que o percentual da taxa de aprovação nas RIs no ano de 2023, na sua maioria, esteve na faixa de 98%, com maiores índices de crescimento nas RIs Tapajós, que cresceu 26,28 p.p., alcançando índice de 98,55%; Rio Capim, que teve um acréscimo de 24,91 p.p., chegando a 98,89%; Araguaia, que cresceu 24,09 p.p., chegando a 97,44%; e Guamá, com crescimento de 24,03 p.p., alcançando 98,97%. A comparação do crescimento na taxa de aprovação no ensino fundamental entre as RIs é ilustrada **nos gráficos 9 e 10**.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 7 – Taxas de aprovação (%) no ensino fundamental e médio, Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

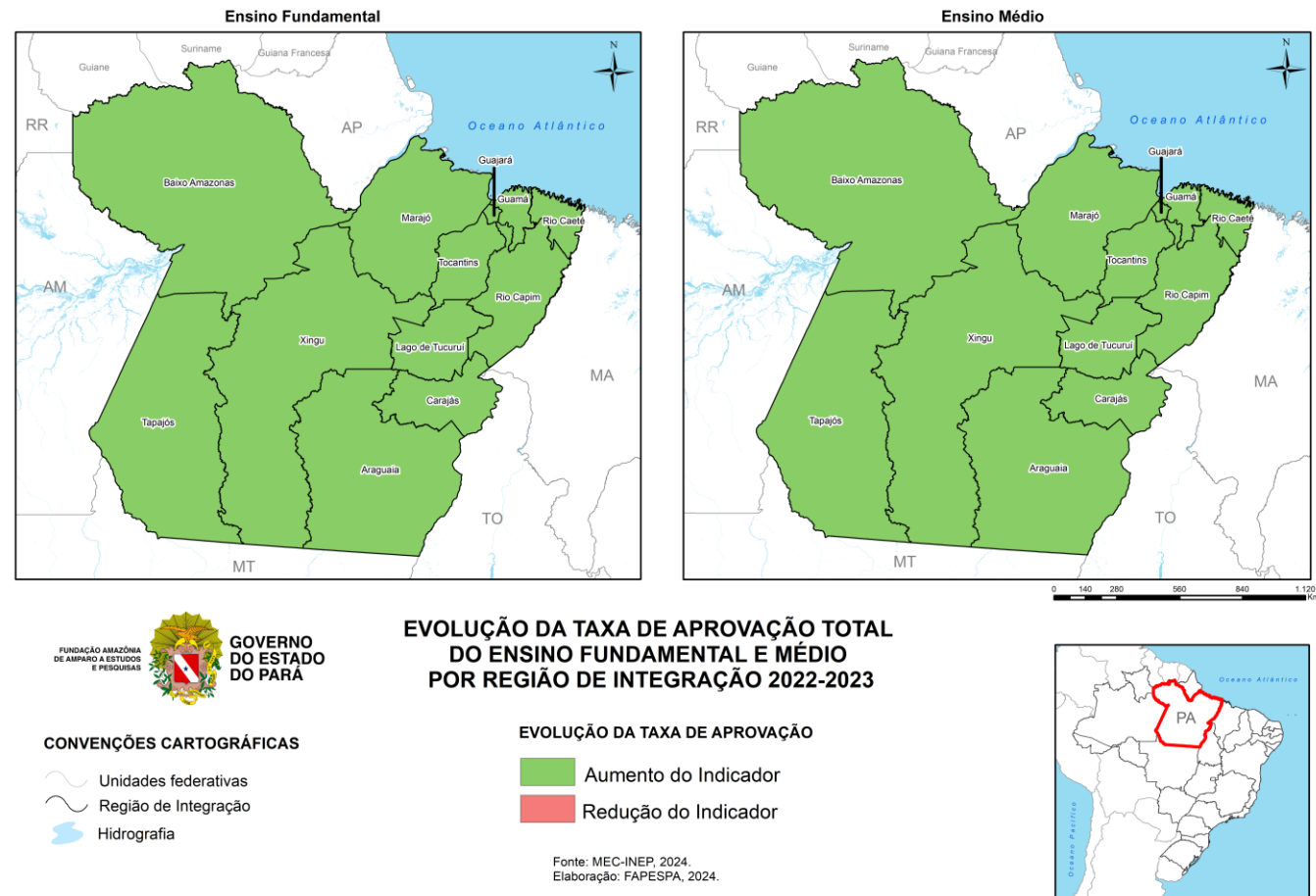
Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2022	2023	2022	2023
Pará	86,70	91,30	78,40	98,70
Araguaia	85,90	89,49	73,35	97,44
Baixo Amazonas	88,12	90,81	78,58	98,45
Carajás	88,64	93,42	75,52	99,04
Guajará	92,22	98,72	82,28	99,40
Guamá	85,98	91,11	74,94	98,97
Lago de Tucuruí	81,66	85,03	76,26	98,60
Marajó	76,86	82,99	76,04	98,24
Rio Caeté	85,65	93,05	74,23	98,87
Rio Capim	85,76	91,14	73,98	98,89
Tapajós	86,95	90,15	72,27	98,55
Tocantins	81,89	85,01	75,81	98,67
Xingu	86,70	90,50	79,29	98,79

Fonte: MEC-INEP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

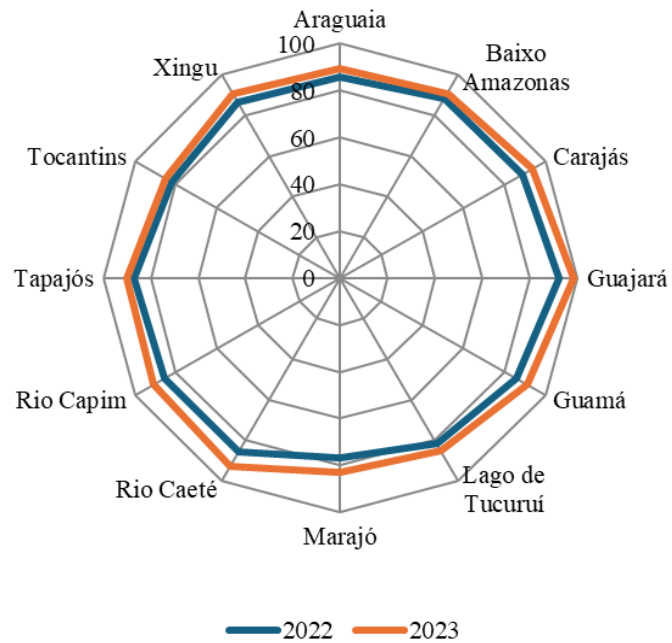
Figura 4: Evolução da taxa de aprovação total do ensino fundamental e médio por região de integração, 2022–2023.





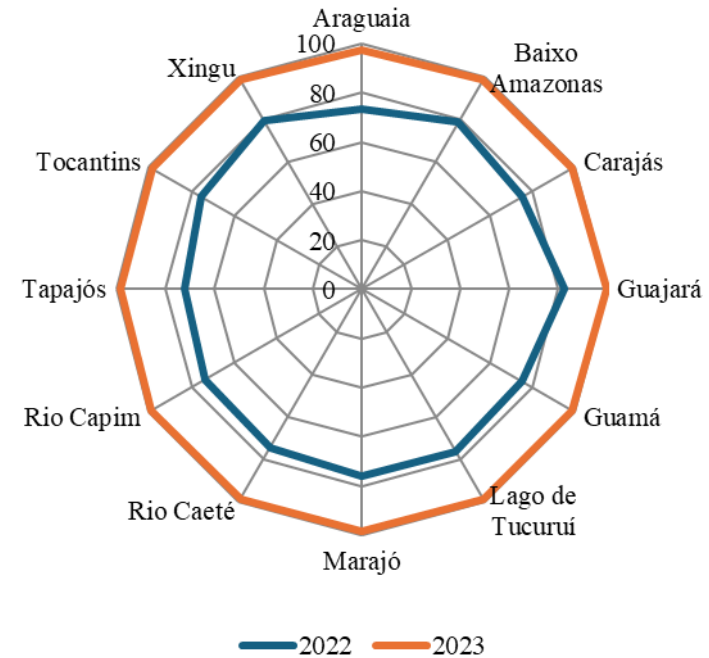
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 9: Comparação da taxa de aprovação do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024
Elaboração: FAPESPA, 2024.

Gráfico 10: Comparação da taxa de aprovação do ensino médio total entre as Regiões de Integração, 2022–2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REPROVAÇÃO

O indicador taxa de reprovação representa o percentual de estudantes que não atingiram os critérios mínimos para serem aprovados e, portanto, precisam repetir a disciplina, o curso ou o ano letivo. O acompanhamento dessa taxa ajuda a identificar áreas onde os alunos podem estar enfrentando dificuldades significativas ou onde as estratégias educacionais podem não estar sendo eficazes. Uma taxa de reprovação elevada pode indicar a necessidade de ajustes curriculares, pedagógicos ou de suporte aos alunos.

A taxa de reprovação no Pará, entre os anos de 2022 e 2023, apresentou uma expressiva queda no ano de 2023, conforme a Tabela 8. Essa diminuição reflete a ação da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc), através do Programa de Correção de Fluxo “Acelere o Saber”, para as escolas da rede pública estadual. Essa iniciativa refletiu em uma redução nos índices de reprovação em todo o território paraense. No ensino fundamental a diminuição foi de -3,2 p.p., passando de 10,20% em 2022 para 7% em 2023. No ensino médio o impacto foi maior, com

diminuição de -9,9 p.p., passando de 10,80% em 2022 para 0,90% em 2023 em todo o estado.

A iniciativa tem como objetivo atender cerca de 30 mil estudantes com distorção idade-série em 328 escolas da rede estadual de ensino, garantindo o direito de aprendizagem com equidade e estimular a continuidade dos estudos, evitando a repetência sistemática.

Entre as taxas de reprovação nas RIs no ano de 2023, todas apresentaram semelhante comportamento de queda. A RI Guajará apresentou a maior redução em termos percentuais, tanto no ensino fundamental, com redução de 5,76 p.p., quanto na etapa do ensino médio, com redução de 12,36 p.p. em reprovação.

No ensino fundamental, as regiões com as maiores taxas de reprovação em 2023 foram as RIs Marajó, com 13,43%, e Tocantins, com 12,20%. Já o ensino médio apresentou as maiores taxas nas RIs Araguaia (1,53%) e Marajó (1,51%).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 8 – Taxas de reprovação (%) no ensino fundamental e médio, Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

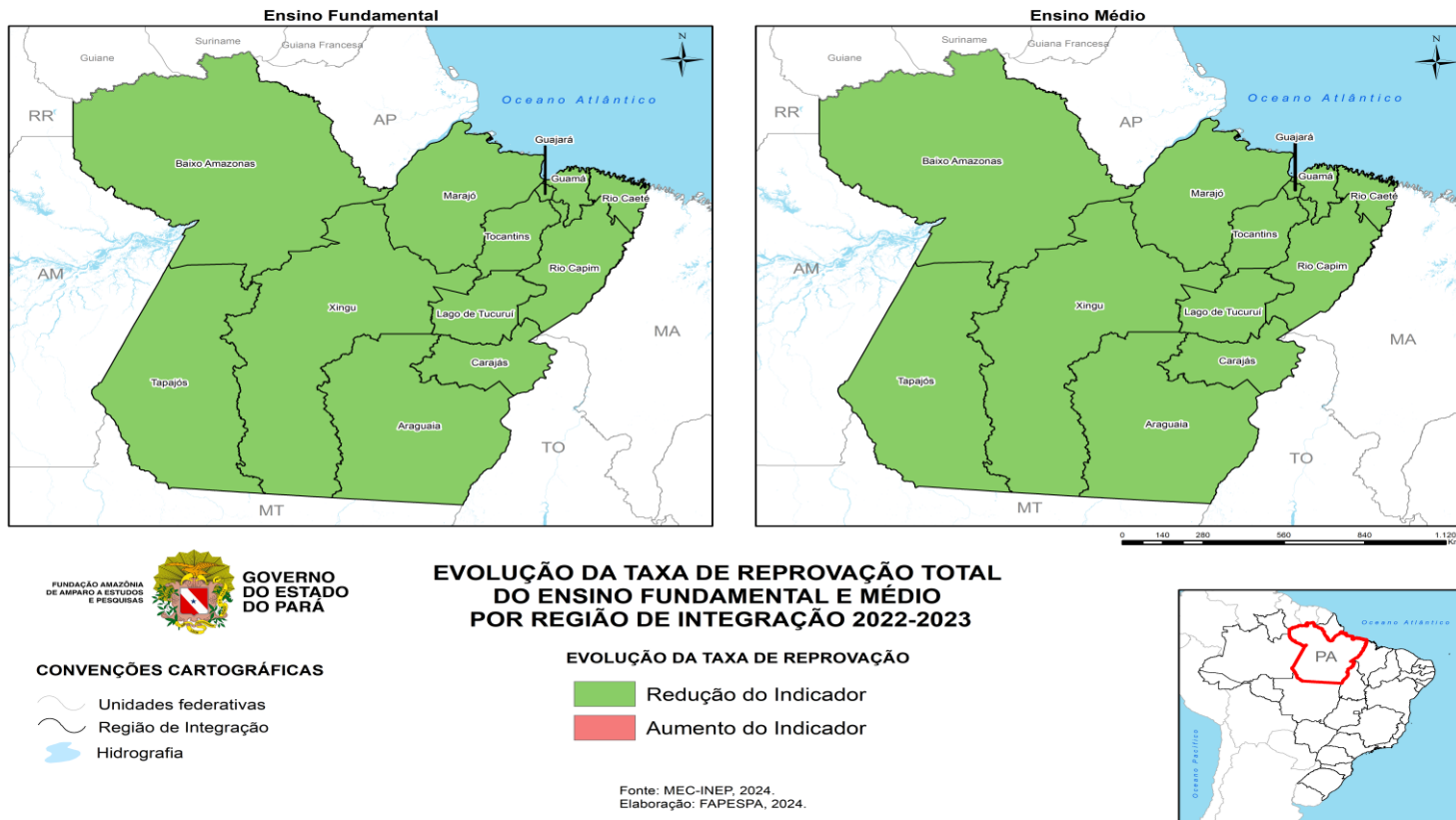
Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2022	2023	2022	2023
Pará	10,20	7,00	10,80	0,90
Araguaia	9,35	7,44	9,72	1,53
Baixo Amazonas	9,43	7,91	11,61	1,02
Carajás	8,84	5,29	9,54	0,60
Guajará	6,70	0,94	12,86	0,50
Guamá	11,08	7,47	12,81	0,49
Lago de Tucuruí	13,93	11,97	10,87	0,87
Marajó	17,45	13,43	12,41	1,51
Rio Caeté	11,34	5,60	11,07	0,97
Rio Capim	11,67	7,52	12,71	0,79
Tapajós	9,22	7,22	11,47	1,08
Tocantins	14,33	12,20	10,76	0,75
Xingu	9,23	7,60	7,10	0,84

Fonte: MEC-INEP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

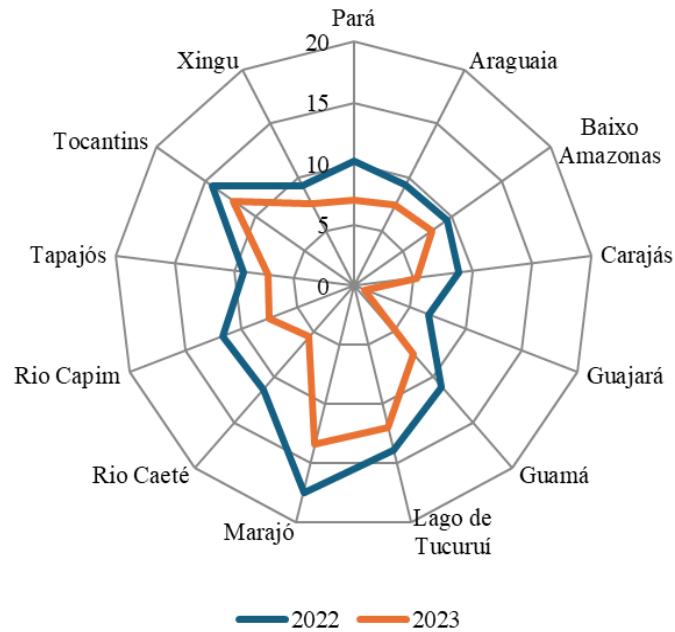
Figura 5: Evolução da taxa de reprovação total do ensino fundamental e médio por Região de Integração, 2022–2023.





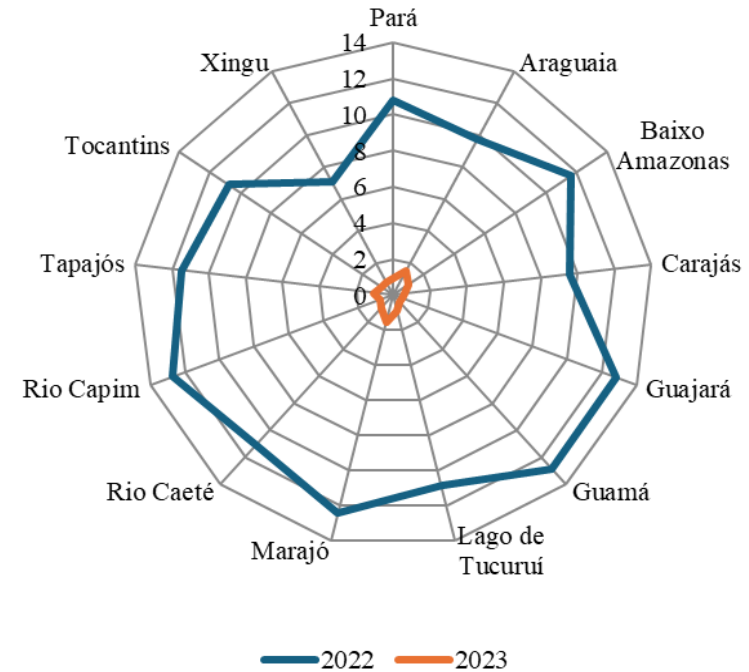
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 11: Comparação da taxa de reprovação do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024
Elaboração: FAPESPA, 2024.

Gráfico 12: Comparação da taxa de reprovação do ensino médio total entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE ABANDONO

O indicador taxa de abandono refere-se à porcentagem de alunos que desistem ou abandonam seus estudos antes de concluí-los. Este indicador é crucial para avaliar a retenção de estudantes e o sucesso dos programas educacionais em manter os alunos matriculados até a conclusão. Uma alta taxa de abandono pode indicar problemas estruturais, financeiros, sociais ou pedagógicos que estão levando os alunos a interromperem seus estudos.

Assim como as taxas referentes à aprovação e reprovação, entre os estabelecimentos de ensino no Pará e distribuídas entre as RIs, a taxa de abandono no Pará, em 2023, apresentou queda expressiva nos dois níveis de ensino, principalmente no ensino médio, em decorrência das ações realizadas pela Seduc, através do Programa de Correção de Fluxo “Acelere o Saber”, para as escolas da rede pública estadual.

No período 2022 a 2023, o ensino fundamental apresentou variação de -1,4 p.p. e o ensino médio, de -10,4 p.p. Entre as RIs, as que apresentaram maior redução na taxa de abandono no nível fundamental foram a RI Xingu, com redução de 2,17 p.p., passando de 4,07% para

1,90%; e a RI Marajó, que apresentou redução de 2,11 p.p., passando de 5,69% para 3,58%. Todas as demais RIs apresentaram redução no indicador.

No ensino médio o impacto da redução do indicador foi maior. As regiões com maior redução foram as RIs Araguaia e Carajás. A RI Araguaia apresentou redução de 15,9 p.p. na taxa de abandono, passando de 16,93% para 1,03%, e a RI Carajás registrou a segunda maior queda de 14,58 p.p., passando de 14,94% para 0,36%.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 9 – Taxas de abandono (%) do ensino fundamental e médio, Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

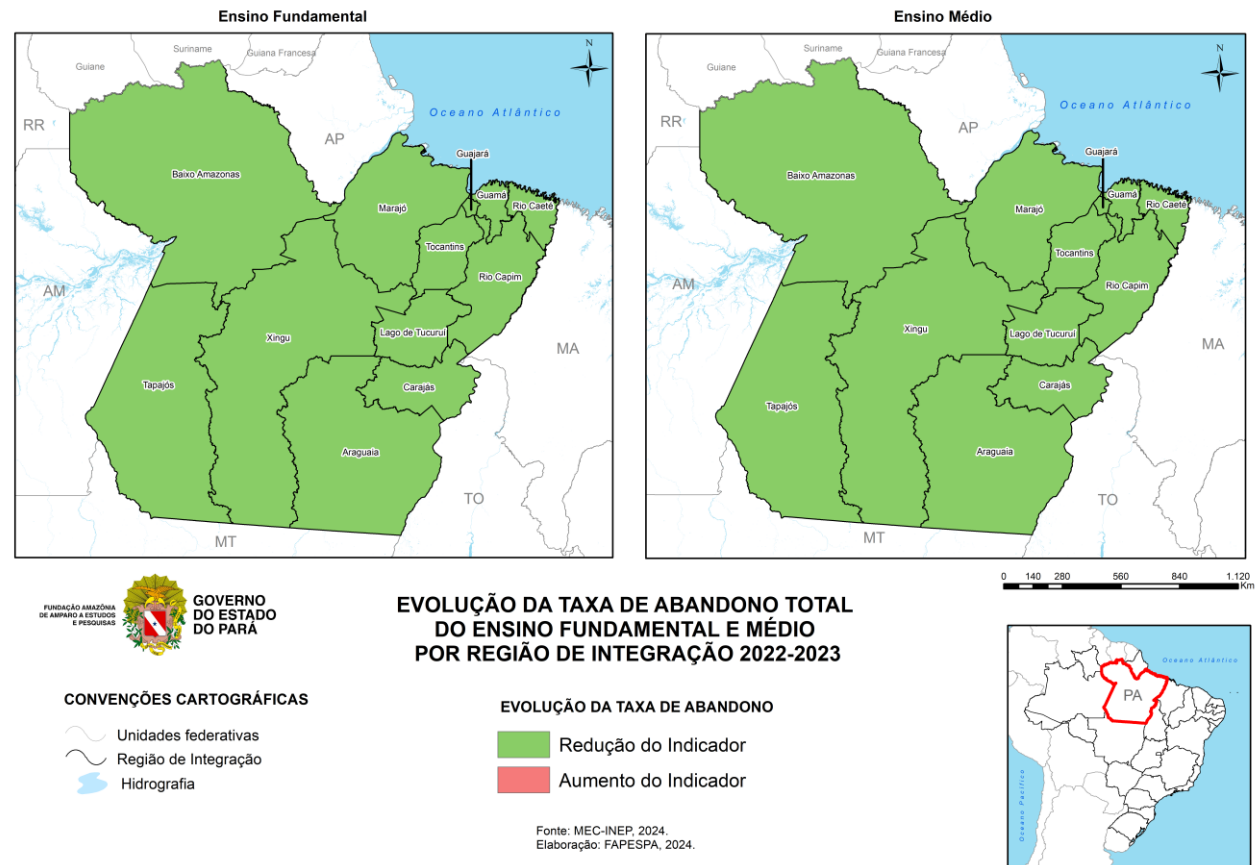
Estado/RI	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2022	2023	2022	2023
Pará	3,10	1,70	10,80	0,40
Araguaia	4,75	3,07	16,93	1,03
Baixo Amazonas	2,45	1,28	9,81	0,54
Carajás	2,52	1,29	14,94	0,36
Guajará	1,08	0,34	4,86	0,50
Guamá	2,94	1,42	12,24	0,54
Lago de Tucuruí	4,41	3,00	12,87	0,57
Marajó	5,69	3,58	11,55	0,26
Rio Caeté	3,01	1,35	14,70	0,16
Rio Capim	2,58	1,34	13,31	0,32
Tapajós	3,83	2,63	16,27	0,37
Tocantins	3,78	2,79	13,43	0,58
Xingu	4,07	1,90	13,61	0,37

Fonte: MEC-INEP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

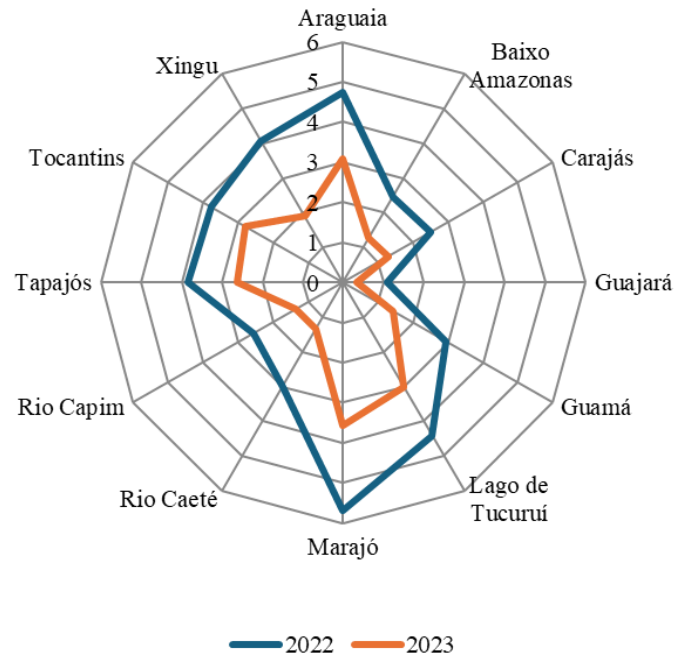
Figura 6: Evolução da taxa de abandono total do ensino fundamental e médio por Região de Integração, 2022–2023.





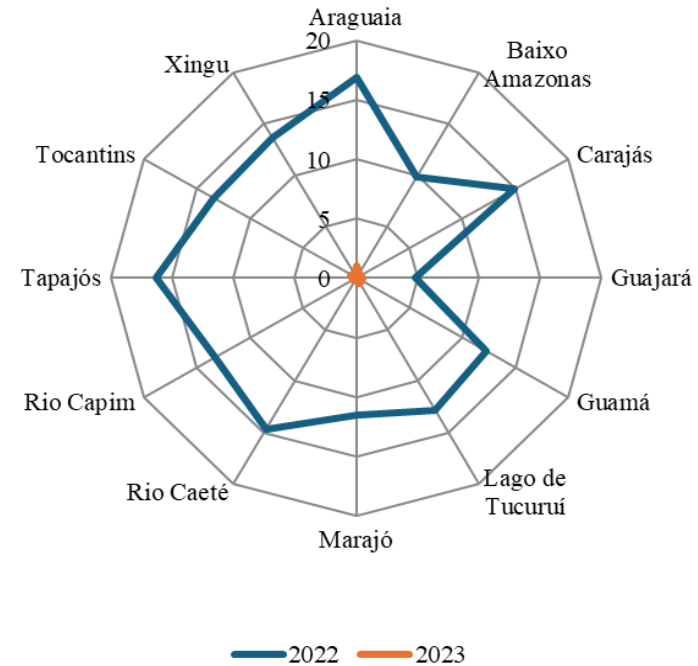
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 13: Comparação da taxa de abandono do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024
Elaboração: FAPESPA, 2024.

Gráfico 14: Comparação da taxa de abandono do ensino médio total entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Entende-se como alfabetismo a capacidade que um indivíduo tem de ler, escrever e compreender textos, além de operar números. Essas habilidades são consideradas minimamente necessárias para que os indivíduos possam adquirir uma interpretação mais crítica do seu entorno, produzir novos conhecimentos e ressignificar a sociedade em que vivem.

Assim sendo, a tabela 10 demonstra aumentos percentuais do número de adultos com 18 anos de idade ou mais no Brasil, Pará e RM de Belém. Nela, observa-se, por exemplo, que a RMB apresentou o maior crescimento dentre as três regiões destacadas (Brasil, Pará e RMB), tendo em vista que sua população alfabetizada passou de 94,63% para 97,50%, fato este que demonstrou uma variação em pontos percentuais equivalente a 2,87 p.p em relação a 2022.

No entanto, o Pará demonstrou crescimento de apenas 1,4 p.p em relação ao ano anterior, quando se observa que a população alfabetizada no estado passou dos 91,20% para 92,60%. O Brasil, por sua vez, obteve um crescimento de apenas 0,56 p.p em relação ao ano anterior. Dessa

maneira, podemos dizer, então, que a RMB obteve maior efetividade nas ações de combate ao analfabetismo, seguida pelo estado do Pará.

Tabela 10 – Taxa de alfabetização de adultos com 18 anos de idade ou mais, Brasil, Pará e RMB, 2022–2023

Nível territorial	2022	2023
Brasil	93,74	94,30
Pará	91,20	92,60
RMB	94,63	97,50

Fonte: IBGE-PNADC, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: os dados Referentes a 2022 foram atualizados segundo o Censo Demográfico 2022, atualizado em 17/05/2024. No entanto, os dados de 2023 são referentes ao complemento da tabela 7113 - PNADC 2023, atualizada em 22/03/2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Outro fato importante que devemos salientar dentro deste contexto educacional é a questão da problemática da distorção idade-série, que pode estar relacionada a múltiplos fatores, tais como a desmotivação dos alunos com o ambiente escolar ou com as metodologias adotadas pelos professores. Em alguns casos específicos, existe também a dificuldade de aprendizagem, que pode estar ligada a questões familiares e socioeconômicas.

Essa problemática pode gerar consequências graves, como a evasão e o abandono escolar, além do futuro aumento da exclusão social de milhares de jovens e adultos no mercado de trabalho. Além disso, contribui para um baixo índice de desenvolvimento social nos estados e municípios, acarretado pelo baixo nível de instrução da população economicamente ativa.

Assim, concernente às taxas de distorções idade-série do ensino fundamental e médio do estado do Pará e suas Regiões de Integração, descritas na tabela 11, observou-se que tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio apresentaram quedas em suas taxas de distorção, sendo

elas mais expressivas no ensino médio do que no fundamental. O ensino médio do Pará, em 2022, possuía uma taxa de distorção idade-série equivalente a 40,90%, enquanto em 2023 caiu para 32,30%, ou seja, uma redução de 8,6 p.p em relação ao ano anterior. No ensino fundamental, essa queda foi de apenas 0,20 p.p.

Destaca-se ainda na tabela o fato de que, nas 12 Regiões de Integração do Pará, também ocorreram quedas nas taxas de distorção idade-série do ensino médio, como observado a seguir: Guamá (-12,87 p.p), Rio Caeté (-12,17 p.p), Rio Capim (-9,91 p.p), Marajó (-9,43 p.p), Araguaia (-8,49 p.p), Xingu (-8,36 p.p), Lago de Tucuruí (-8,34 p.p), Guajará (-7,76 p.p), Baixo Amazonas (-7,48 p.p), Carajás (-7,24 p.p), Tocantins (-6,05 p.p) e Tapajós (-5,56).

Por outro lado, no ensino fundamental das 12 Regiões de Integração, três apresentaram crescimentos em suas taxas de distorção idade-série, foram elas: Lago de Tucuruí, com crescimento de 1,45 p.p; Tocantins, com 1,33 p.p; e Xingu, com 0,51 p.p. Porém, as demais regiões demonstraram quedas que ficaram entre -0,74 p.p e -0,12 p.p. A evolução dessas taxas também pode ser avaliada na figura 7 e nos gráficos 15 e 16.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 11 – Taxa de distorção idade-série (%) do ensino fundamental e médio do estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

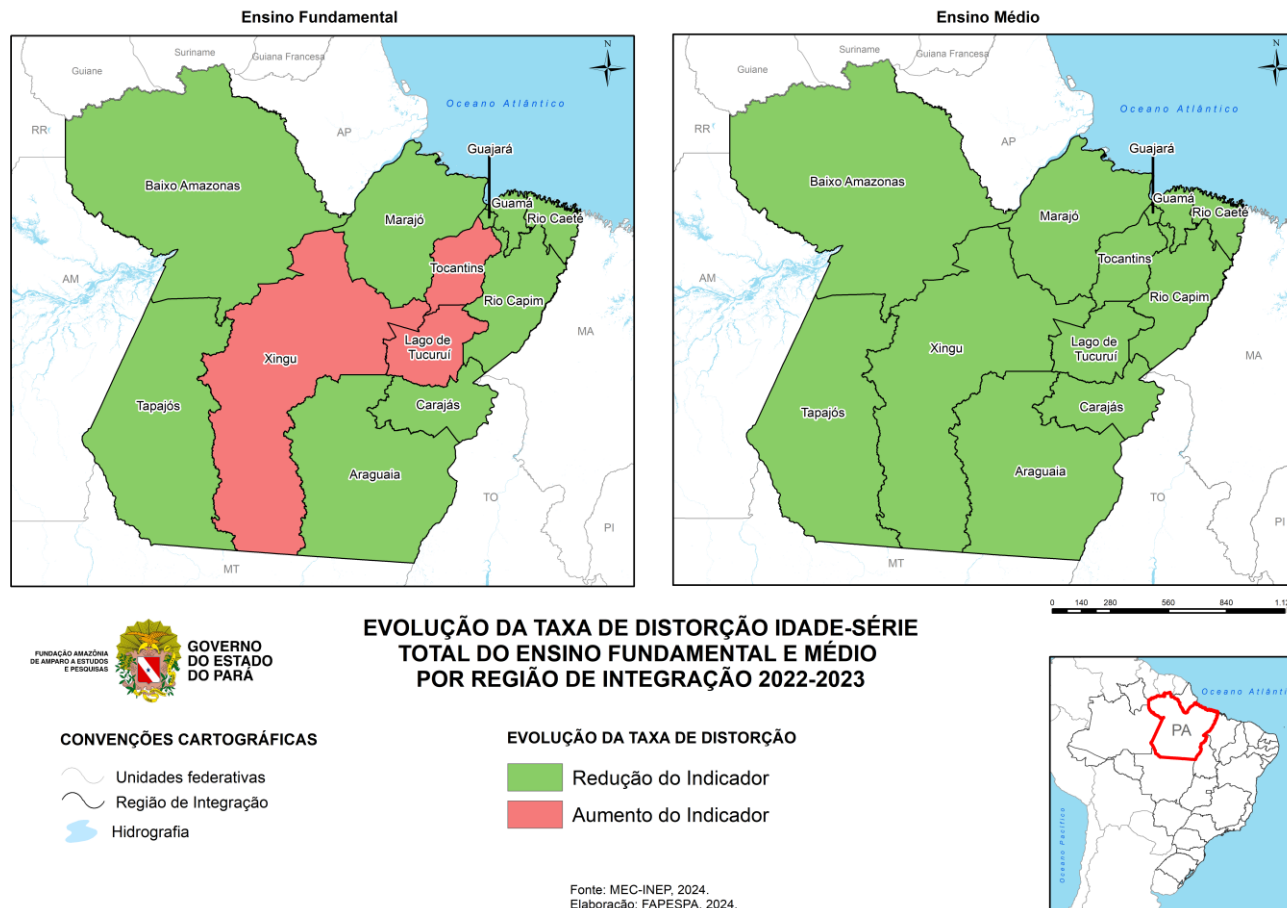
ESTADO/RI	Ensino fundamental		Ensino médio	
	2022	2023	2022	2023
Pará	23,20	23,00	40,90	32,30
Araguaia	24,85	24,11	43,01	34,52
Baixo Amazonas	20,39	20,10	39,85	32,37
Carajás	21,38	20,97	42,24	35,00
Guajará	17,20	16,38	35,76	28,00
Guamá	24,51	24,05	49,78	36,91
Lago de Tucuruí	26,39	27,84	45,80	37,46
Marajó	34,59	34,34	53,09	43,66
Rio Caeté	23,09	22,35	50,17	38,00
Rio Capim	23,59	23,47	47,18	37,27
Tapajós	26,15	25,48	44,88	39,32
Tocantins	27,16	28,49	48,60	42,55
Xingu	25,26	25,77	41,77	33,41

Fonte: MEC-INEP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

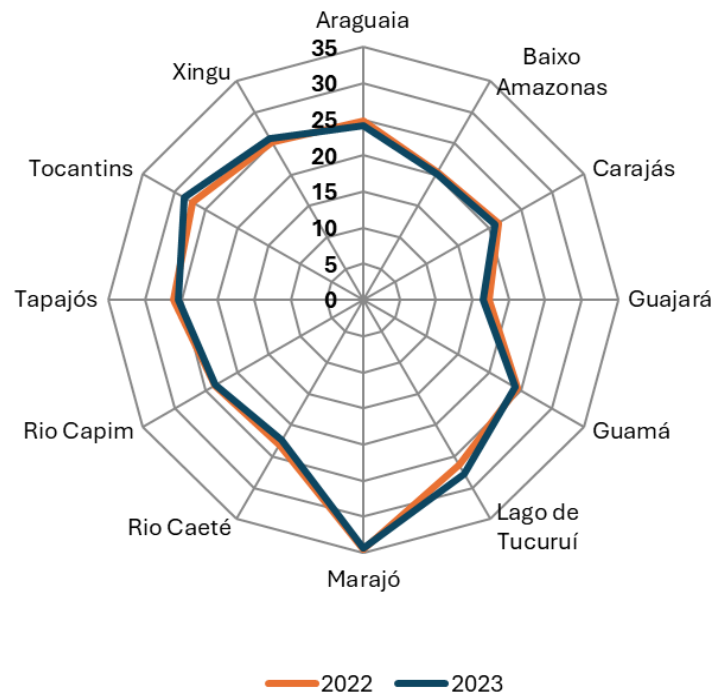
Figura 7: Evolução da taxa de distorção idade-série total do ensino fundamental e médio por Região de Integração, 2022–2023.





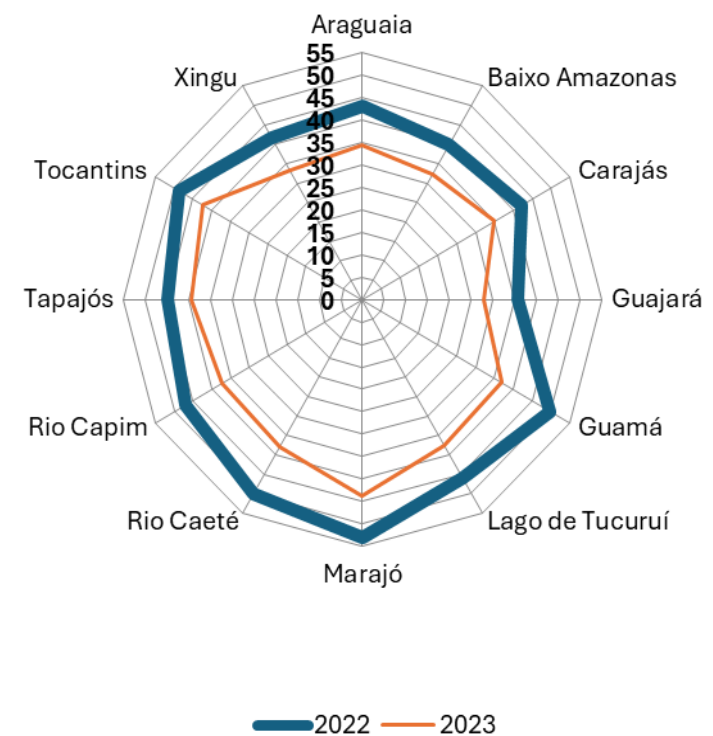
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 15: Comparação da distorção idade-série total do ensino fundamental total entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

Gráfico 16: Comparação da distorção idade-série total do ensino médio total entre as Regiões de Integração 2022-2023.



Fonte: MEC-INEP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

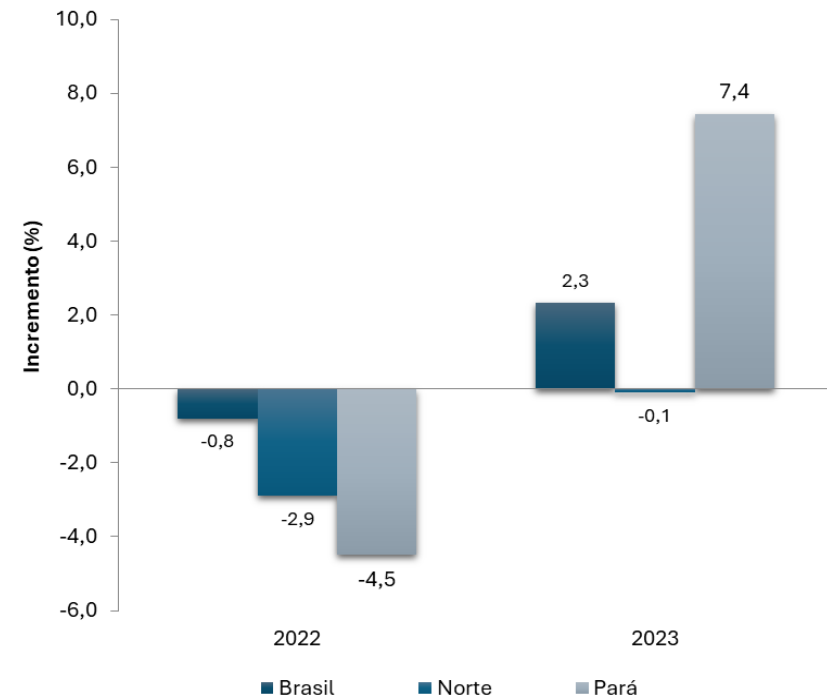
INCREMENTO DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

No que se refere às taxas de crescimento percentual, também chamadas de taxas de incremento dos estudantes no ensino superior do Brasil, Região Norte e Pará, observou-se, através do gráfico 17, que, em 2022, os números de alunos ingressantes no ensino superior caíram em todas as esferas geográficas em destaque no gráfico.

Em 2022, o Pará foi a esfera que demonstrou a maior queda percentual em número de alunos ingressantes no ensino superior, com redução de 4,5%. A Região Norte apresentou queda de 2,9% e o Brasil, de 0,8%.

Por outro lado, em 2023, o Pará demonstrou um aumento de 7,4% em relação a 2022, o maior dentre as três esferas geográficas destacadas pelo gráfico 17. Além disso, destaca-se o fato de que, em pontos percentuais, o Pará apresentou variação positiva equivalente a 11,9 p.p em relação a 2022. Já o Brasil, em 2023, demonstrou crescimento de 2,3%, representando variação positiva correspondente a 3,1 p.p. No entanto, a Região Norte continuou apresentando déficit, embora de apenas -0,1% em relação a 2022.

Gráfico 17 – Incremento (%) de estudantes do ensino superior para o Brasil, Região Norte e Pará, 2021* a 2022.



Fonte: IBGE-PNADC/FAPESPA, 2022.

Elaboração: FAPESPA, 2022.

*Nota: valores de 2020 e de 2021 estimados pela FAPESPA. Até julho/2022, a PNADC Módulo de Educação não havia sido divulgada.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Educação

As iniciativas governamentais voltadas para a educação em 2023, conforme o documento “Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa”, elaborado pela SEPLAD (2024), destinaram orçamento de R\$ 7,5 bilhões na educação básica.

Destacam-se alguns programas voltados a esta modalidade de ensino: projeto de lei 41/2023, que instituiu o Programa Alfabetiza Pará, que tem como foco a melhoria do ensino em anos iniciais; Programa Dinheiro na Escola Paraense, que destinou R\$ 100 milhões às escolas estaduais de 124 municípios para investimento em necessidades específicas de cada realidade da unidade educacional; e Política de Educação para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, que inseriu no currículo escolar a disciplina Educação Ambiental para todas as séries da educação básica.

O ensino integral expandiu para 82 escolas, com 18 mil estudantes. Na educação especial, tem-se o atendimento de referência para pessoas com deficiência visual na Unidade Educacional Especializada (UEES), que acolheu cerca de 330 alunos em 2023. Também neste mesmo ano, foram

adquiridos 22 ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência, beneficiando alunos de 21 municípios.

Em benefício à educação escolar indígena, foi promulgada a Lei 10.046/2023, que dispõe sobre a contratação temporária de professores e técnicos da educação escolar indígena a partir de critérios diferenciados e aumento no prazo de contratação.

Em relação à infraestrutura física das escolas, 12 unidades foram reconstruídas com investimento de R\$ 29 milhões. Também houve fornecimento de equipamentos tecnológicos a 260 instituições educacionais.

O projeto Enem Pará beneficiou 1,5 mil estudantes com acesso a material educacional e aulas preparatórias para o Enem. Outros cursos foram destinados a demandas da Fasepa e Funpapa, que atenderam 4 mil pessoas em 10 Regiões de Integração, com qualificação em flauta doce e canto, capacitação de professores, edição de som, matemática aplicada no cotidiano do trabalho, consultoria de vendas, eletricista, instalador predial, modelagem de roupas infantis, fotografia com smartphones, confecção de bolsas, noções básicas de costura, dentre outros.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

O programa Forma Pará continuou a interiorização do ensino superior nos municípios paraenses. Em 2023, foram implantados 48 cursos em 83 municípios, alcançando um aumento de 400% na oferta de vagas em relação a 2019, abrangendo todas as Regiões de Integração. Em articulação com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), foram ofertadas 4 mil vagas em 2023. Destacam-se os cursos de Licenciatura em Intercultural Indígena, em Jacareacanga e Parauapebas, nas Aldeias Munducku e Xicrin; Medicina Veterinária, em Portel; Gastronomia, em Salinópolis; Geologia, em Rondon do Pará; e Agronomia, em Rurópolis.

Ainda sobre o ensino superior, foi inaugurado o campus XXIII da UEPA na RI Carajás, em Parauapebas; e foi entregue a 1ª etapa do novo campus da UEPA em Ananindeua, na RI Guajará, com cursos de graduação em Matemática, Engenharia Florestal e Engenharia de Software.



5 SAÚDE

A saúde é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável global, interligando-se de maneira íntima com as metas e objetivos das Nações Unidas, estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam à garantia de uma vida saudável e promoção do bem-estar para todos.

É importante destacar também que os ODSs, no contexto da saúde, têm uma relação direta com as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade materna, especificamente o ODS 3, que tem como meta a redução da taxa de mortalidade neonatal, taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos e a taxa de mortalidade materna.

Assim sendo, este Mapa da Exclusão Social do Pará traz, dentre as suas abordagens, uma avaliação sobre a saúde pública do estado e de suas RIs, através dos seguintes indicadores sociais: taxa de cobertura populacional estimada por Estratégia Saúde da Família¹; leitos de

internação hospitalar por mil habitantes; taxa de mortalidade infantil; taxa de mortalidade materna; e proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal. Estes indicadores serão analisados para o Pará e suas Regiões de Integração, considerando os anos de 2022 e 2023.

É importante destacar ainda que as políticas estaduais de saúde se caracterizam em concordância com as **Regiões de Saúde**² do estado. O estado do Pará incorpora 13 Regiões de Saúde e quatro

peças residentes, considerando, também, o grau de vulnerabilidade das famílias no território, onde quanto maior a vulnerabilidade menor deve ser a quantidade de pessoas por equipe (BRASIL, 2012). Em 2021, este cálculo mudou com a nota técnica nº 418/2021-CGGAP/DESF/SAPS/MS, modificando o indicador para taxa de cobertura populacional da atenção primária.

² **Nota 2: Regiões de saúde:** estabelecidas pela CIT, por meio da **Resolução nº 1, de 29 de setembro de 2011**, e em conformidade com o **Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011**. São formadas por municípios fronteiriços que compartilham identidades culturais, econômicas e sociais, redes de comunicação e infraestrutura de transportes. A finalidade dessas regiões é integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

¹ **Nota 1:** taxa de cobertura populacional estimada por Estratégia Saúde da Família - até 2020, este cálculo era realizado considerando um valor estimado, no qual o Programa Saúde da Família considerava adequado haver pelo menos uma equipe de atenção básica à saúde para até 4 mil



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Macrorregiões de Saúde³, as quais não possuem, fundamentalmente, delimitações geográficas equivalentes às das 12 Regiões de Integração.

COBERTURA POR EQUIPE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Primeiramente, deve-se ressaltar a importância das equipes de Estratégia Saúde da Família para o melhoramento da gestão de políticas de saúde no estado. Essas equipes têm como objetivo não somente prestar serviços de Atenção Primária à Saúde - APS em um território específico, mas também identificar e acompanhar algumas das barreiras de acesso aos serviços de saúde.

Dessa maneira, a evolução desse serviço é imprescindível para a melhoria da qualidade e disponibilidade de dados para medir a cobertura de determinada intervenção e desigualdades de acesso aos serviços de saúde, inclusive em uma perspectiva regional que permita, entre outros aspectos, a comparabilidade entre elas.

³ **Nota 3: Macrorregiões de Saúde:** estabelecidas pela **Resolução CIB/PA nº 90/2013**, são unidades de referência nas redes assistenciais de alta complexidade definidas nos planos estruturantes aprovados na CIB (TRS, Cardiologia, Neurologia, Traumato-Ortopedia, Saúde Auditiva, Oncologia, Oftalmologia, entre outros).

A partir disso, observa-se, na tabela 12, que o Pará, entre 2022 e 2023, apresentou crescimento de 5,01 p.p em sua taxa de cobertura populacional de atenção primária à saúde, tendo em vista que o estado, em 2022, possuía uma taxa de cobertura populacional desse indicador de 70,84%, passando para 75,85% em 2023.

Além disso, destaca-se ainda na tabela 12 que o crescimento da taxa de cobertura populacional de atenção primária à saúde se deu também em todas as 12 Regiões de Integração do estado, sendo que as regiões com maiores variações de pontos percentuais foram: Carajás (8,46 p.p.), Tocantins (8,44 p.p.), Marajó (7,92 p.p.), Xingu (6,53 p.p.), Rio Capim (6,41 p.p.), Lago de Tucuruí (5,98 p.p.) e Rio Guamá (5,63 p.p.). As demais regiões também apresentaram variações positivas, porém, ficaram em torno de 1,6 p.p. a 4,05 p.p.

Outro dado importante que se ressalta na tabela é a universalização desse serviço no estado, pois como se observa a RI do Caeté já apresentou, em 2023, 100% de sua população coberta por este serviço. Já as regiões do Araguaia e Guamá estão, respectivamente, com 1,51 e 5,08 p.p, de alcançar esse objetivo.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

No entanto, as RIs Guajará, Marajó, Baixo Amazonas e Tocantins possuem as menores taxas de cobertura desse serviço no estado. Em 2023, estas taxas foram, respectivamente, de 53,61%; 59,92%; 69,15% e 77,79%.

O gráfico 18 demonstra crescimento nas taxas de cobertura populacional da Atenção Primária a Saúde nas 12 Regiões de Integração do estado do Pará entre 2022 e 2023. Além disso, a figura 8 apresenta a evolução desse indicador no estado no mesmo período.

Tabela 12 – Taxa de cobertura populacional de Atenção Primária à Saúde (APS) no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021–2022

ESTADO/RI	Taxa de cobertura (%)	
	2022	2023*
Pará	70,84	75,85
Araguaia	96,89	98,49
Baixo Amazonas	66,87	69,15
Carajás	77,33	85,79
Guajará	50,68	53,61
Guamá	89,29	94,92
Lago de Tucuruí	79,04	85,02
Marajó	52,00	59,92
Rio Caeté	98,28	100,20
Rio Capim	79,66	86,07
Tapajós	75,62	79,67

Tocantins	69,35	77,79
Xingu	78,29	84,82

Fonte: MS-SAPS, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: a partir de 2021, começou a se utilizar nova metodologia para calcular a cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS). Para o cálculo da cobertura da APS, usa-se no numerador a população cadastrada pelas equipes da Estratégia de Saúde da Família (eSF) e da Atenção Primária (eAP), financiadas pelo Ministério da Saúde, e no denominador, a estimativa populacional.

Nota 2*: as taxas de cobertura da atenção básica de 2022 sofreram atualizações, e os dados populacionais de 2023* estão pautados em estimativas.

Nota 3: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 8: Evolução da taxa de cobertura populacional da atenção primária à saúde (APS) por Regiões de Integração 2022-2023.

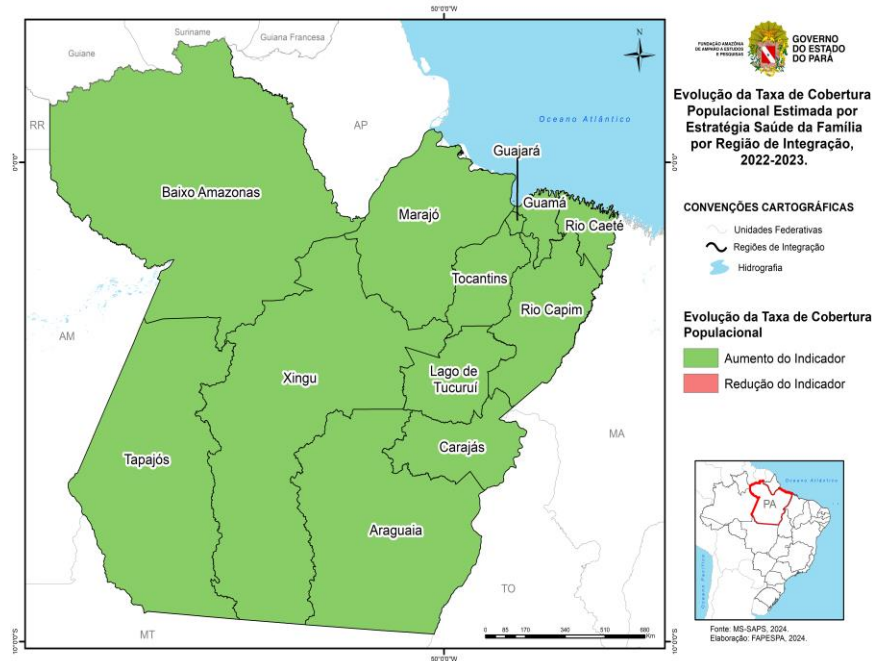
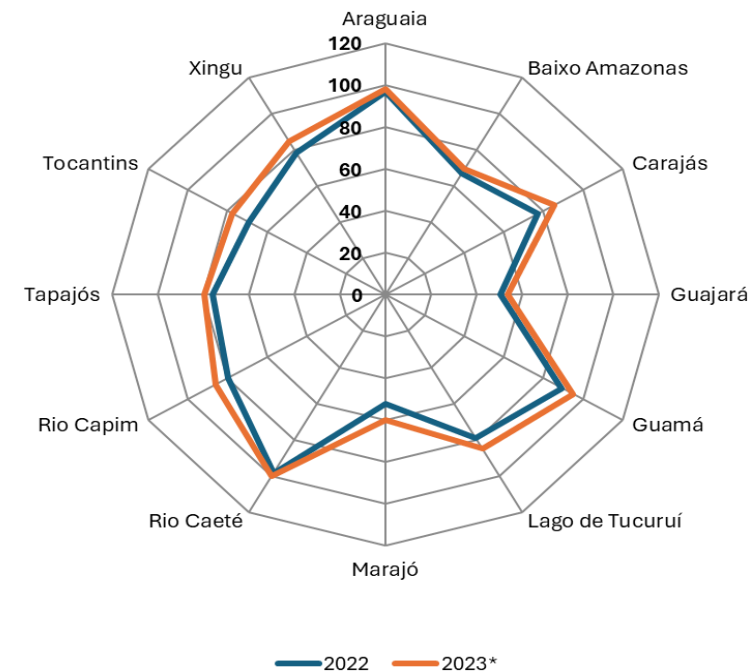


Gráfico 18: Comparação da taxa de cobertura populacional da atenção primária à saúde (APS) entre as Regiões de Integração 2022-2023.



Fonte: MS-SAPS, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALARES

Leitos de internação hospitalar são um indicador social que se refere à quantidade de leitos disponíveis para internação em hospitais públicos do Sistema Único de Saúde – SUS. A gestão eficaz dos leitos de internação hospitalar é fundamental para garantir o acesso oportuno e apropriado aos cuidados de saúde, melhorando a eficiência dos serviços hospitalares e contribuindo para a qualidade e segurança do atendimento prestado aos pacientes. Além disso, o monitoramento contínuo deste indicador permite que as autoridades de saúde identifiquem áreas de necessidade prioritária, ajustem políticas de alocação de recursos e promovam melhorias na capacidade de resposta do sistema de saúde diante de contingências imprevistas.

Assim, entender e acompanhar os leitos de internação hospitalar não apenas fornece uma visão clara da capacidade de um sistema de saúde, mas também é essencial para garantir uma gestão eficiente e sustentável dos recursos hospitalares, promovendo acesso equitativo e efetivo aos cuidados de saúde para todos os cidadãos.

No entanto, observa-se na tabela 13 que os números de leitos no estado do Pará, tanto em 2022 quanto em 2023, são inferiores a dois para cada mil habitantes. Esse fato pode resultar em condições precárias do atendimento, maior tempo de espera por internação e diminuição da qualidade dos cuidados prestados, além de causar pressão adicional sobre os profissionais de saúde que precisam lidar com uma demanda potencialmente maior do que a capacidade de atendimento dos hospitais.

Por outro lado, em 2023, as regiões do Araguaia e Rio Guamá apresentaram variações positivas equivalentes a 0,12 p.p. e 0,01 p.p., respectivamente. Já a RI Tapajós manteve inalterado seu número de leitos para cada mil habitantes. As nove demais Regiões de Integração apresentaram variações negativas: Baixo Amazonas, com -0,12 p.p.; Carajás, com -0,11 p.p.; Guajará, com -0,01 p.p.; Lago de Tucuruí, com -0,10 p.p.; Marajó, com -0,05 p.p.; Rio Caeté, com -0,06 p.p.; Rio Capim, com -0,25 p.p.; Xingu, com -0,13 p.p.; e Tocantins com -0,03 p.p. A evolução destes dados pode ser vista na figura 9 e no gráfico 19 a seguir.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 13 – Leitos de internação hospitalar (por mil habitantes) do SUS, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

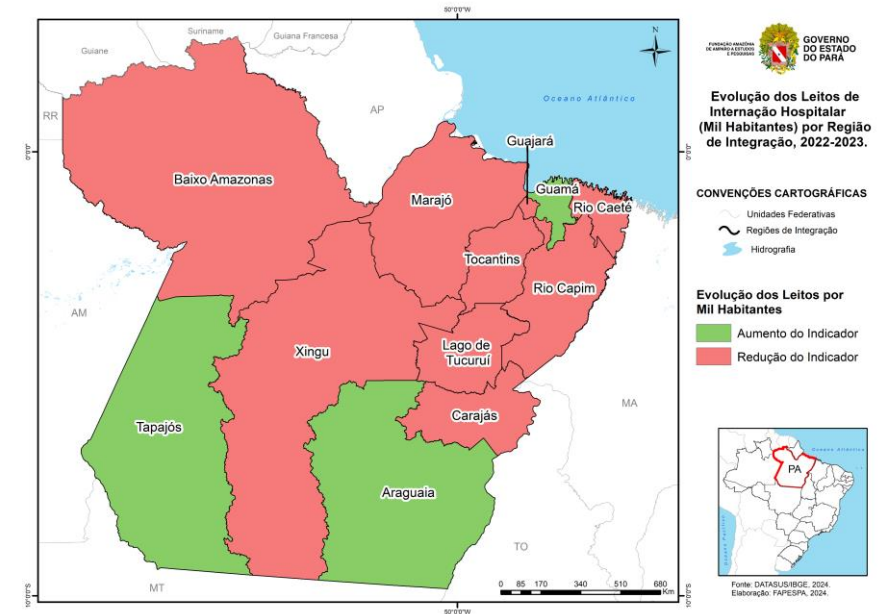
ESTADO/RI	Leitos SUS por 1.000 habitantes	
	2022	2023
Pará	1,58	1,53
Araguaia	2,29	2,41
Baixo Amazonas	1,37	1,25
Carajás	1,17	1,05
Guajará	1,94	1,93
Guamá	1,54	1,55
Lago de Tucuruí	1,61	1,51
Marajó	1,01	1,00
Rio Caeté	1,72	1,66
Rio Capim	1,70	1,45
Tapajós	1,47	1,47
Tocantins	1,14	1,11
Xingu	1,69	1,56

Fonte: DATASUS/IBGE, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

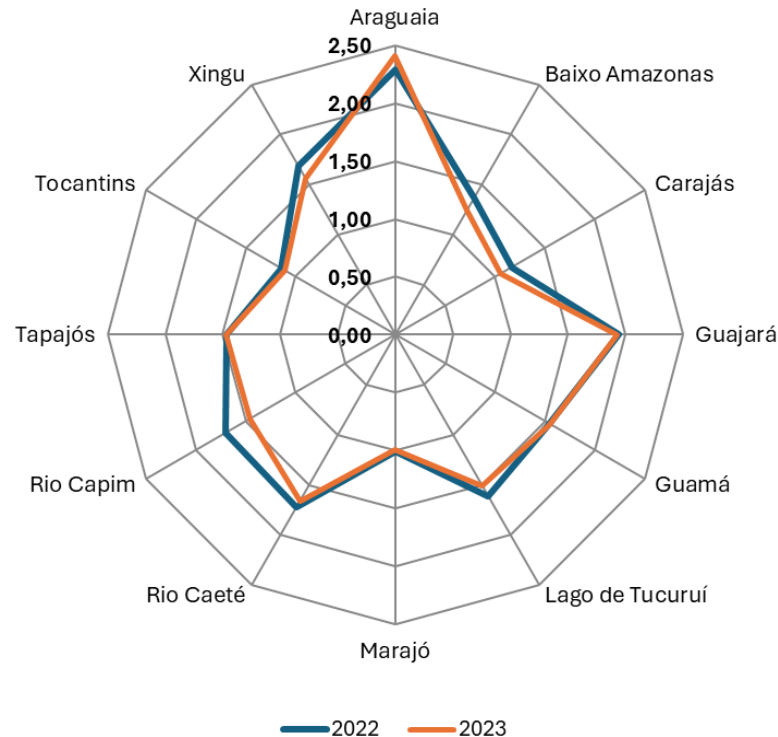
Figura 9: Evolução dos leitos de internação hospitalar SUS (Mil Hab.) por Região de Integração, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 19: Comparação dos leitos de internação hospitalar SUS (Mil Hab.) entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: DATASUS/IBGE, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de

Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes. Para o ano de 2022, foi utilizada a população divulgada na prévia do Censo 2022.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil é um indicador que se refere ao número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade a cada mil nascidos vivos em um determinado período e local. Este indicador é amplamente utilizado para avaliar as condições de saúde, acesso a cuidados médicos, nutrição e qualidade de vida de uma comunidade.

A redução da mortalidade infantil é um objetivo-chave de políticas públicas de saúde, pois reflete não apenas o estado de saúde das crianças, mas também o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. As taxas mais baixas de mortalidade infantil estão associadas a melhorias na infraestrutura da saúde, educação materna, nutrição infantil, acesso à água potável e saneamento básico.

Assim sendo, este indicador não apenas quantifica perdas humanas precoces, mas também serve como um medidor do progresso social e econômico, refletindo os esforços em saúde pública e o acesso equitativo aos serviços de saúde essenciais para mães e crianças.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Concernente à taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano por mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, nos anos de 2022 e 2023, observa-se, na tabela 14, que o Pará, em 2023, apresentou um aumento equivalente a 0,31 p.p. em relação ao ano de 2022. Em 2022, a taxa de mortalidade infantil foi de 14,67 óbitos de crianças menores de 1 ano por mil nascidos vivos, e, em 2023, foi de 14,98.

No entanto, em quatro das 12 Regiões de Integração do estado do Pará, houve diminuição da taxa de mortalidade infantil. Esse foi o caso das regiões: Xingu, que diminuiu a sua taxa em -3,39 p.p.; Tocantins, com redução de -1,07 p.p.; Rio Caeté, com -0,55 p.p.; e Marajó, com -0,16 p.p.. Por outro lado, as demais Regiões de Integração do Pará apresentaram aumento em suas taxas de mortalidade infantil, com os maiores aumentos apresentados pelas regiões Lago de Tucuruí, (2,61 p.p.), Carajás (2,12 p.p.), Tapajós (2,04 p.p.), Araguaia (1,20 p.p.) e Rio Capim (1,02 p.p.).

Tabela 14 – Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano por mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

ESTADO/RI	Taxa de mortalidade infantil	
	2022	2023*
Pará	14,67	14,98
Araguaia	15,48	16,68
Baixo Amazonas	16,08	16,87
Carajás	12,29	14,41
Guajará	14,39	14,45
Guamá	14,71	15,03
Lago de Tucuruí	11,33	13,94
Marajó	15,99	15,83
Rio Caeté	13,26	12,71
Rio Capim	11,37	12,39
Tapajós	19,01	21,05
Tocantins	16,77	15,70
Xingu	15,52	12,13

Fonte: SESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2023. Sujeito a alterações.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Figura 10: Evolução da taxa de mortalidade infantil (por Mil Nascidos Vivos) por Região de Integração, 2022–2023.

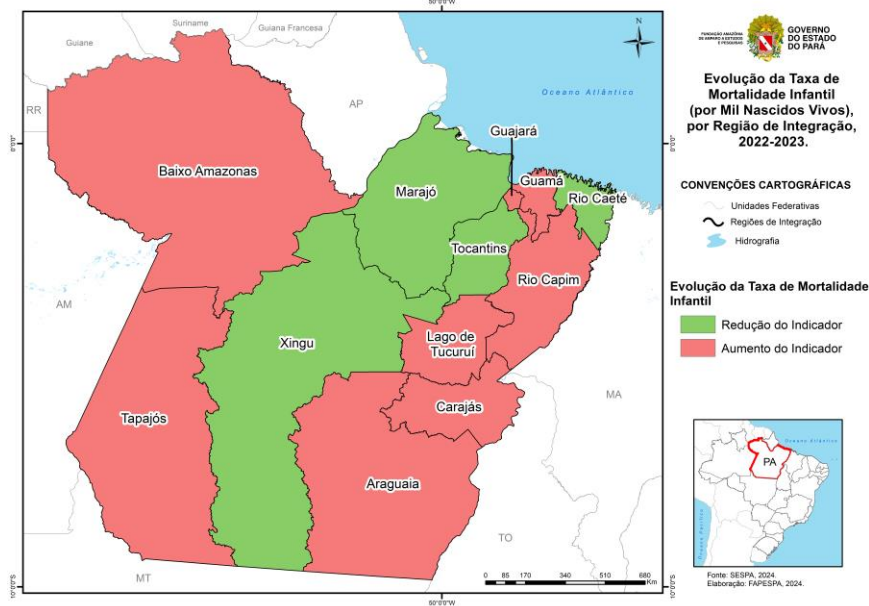
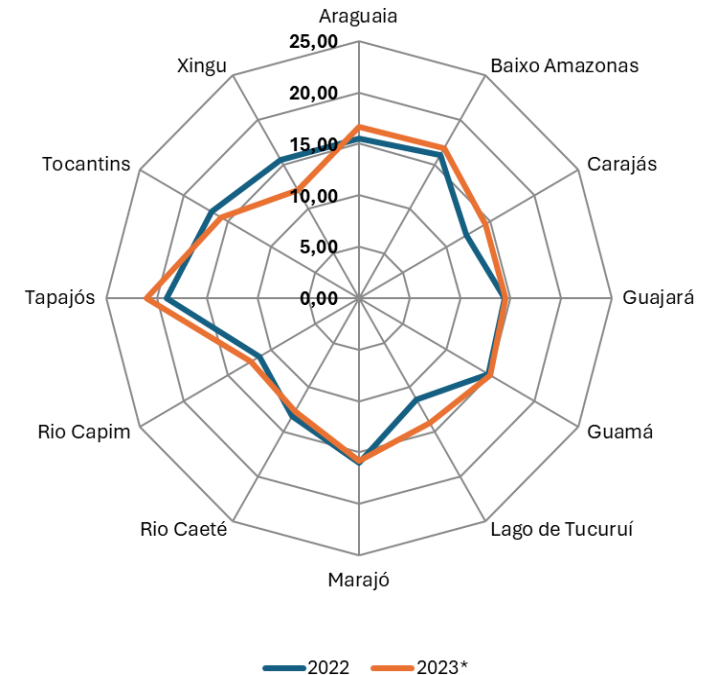


Gráfico 20: Comparação taxa de mortalidade infantil entre as Regiões de Integração 2022-2023.



Fonte: SESP, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do

Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

A taxa de mortalidade materna é um indicador crucial de saúde pública que reflete o número de mulheres que morrem de complicações relacionadas à gravidez, parto ou pós-parto, a cada 100 mil nascidos vivos em um determinado período, geralmente um ano. Esse indicador é crucial para avaliar a eficácia das políticas de saúde materna, identificar áreas de alto risco e orientar intervenções para reduzir a mortalidade materna. O objetivo final é reduzir esse número de mortes, melhorando, assim, a saúde e o bem-estar das mulheres.

Na tabela 15, a seguir, observou-se que a taxa de mortalidade materna, em 2023, no Pará, caiu de 77,52 óbitos maternos para 63,70 a cada 100 mil nascidos vivos no estado, ou seja, ocorreu uma variação negativa equivalente a -13,82.

Outro dado para se destacar na tabela 15 foi o fato de que, entre as 12 Regiões de Integração do estado, sete apresentaram quedas em suas taxas de mortalidade materna, foram elas: Rio Caeté, que apresentou variação de -110,51 p.p.; Carajás, com -61,10 p.p.; Lago de Tucuruí, -55,77

p.p.; Rio Capim, com -54,08 p.p.; Rio Guamá, com -31,98 p.p.; Xingu, com -13,65 p.p.; e Baixo Amazonas, com -12,76 p.p..

No entanto, em cinco das 12 RIs ocorreram crescimentos, como foi o caso das seguintes regiões: Marajó, que apresentou variação positiva equivalente a 44,63 p.p.; Tapajós, com 29,82 p.p.; Tocantins, com 23,55 p.p.; Guajará, com 9,77 p.p.; e Araguaia, com 1,33 p.p..

Tabela 15 – Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos), no estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

ESTADO/RI	Óbito materno por 100 mil nascidos vivos	
	2022	2023*
Pará	77,52	63,70
Araguaia	52,92	54,25
Baixo Amazonas	81,06	68,30
Carajás	83,97	22,87
Guajará	36,16	45,93
Guamá	65,39	33,41
Lago de Tucuruí	132,15	76,38
Marajó	77,79	122,42
Rio Caeté	179,61	69,10
Rio Capim	85,85	31,77
Tapajós	110,50	140,32
Tocantins	81,62	105,17
Xingu	59,14	45,49



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Fonte: SESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2022. Sujeito a alterações.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

Figura 11: Evolução da taxa de mortalidade materna por Região de Integração, 2022–2023.

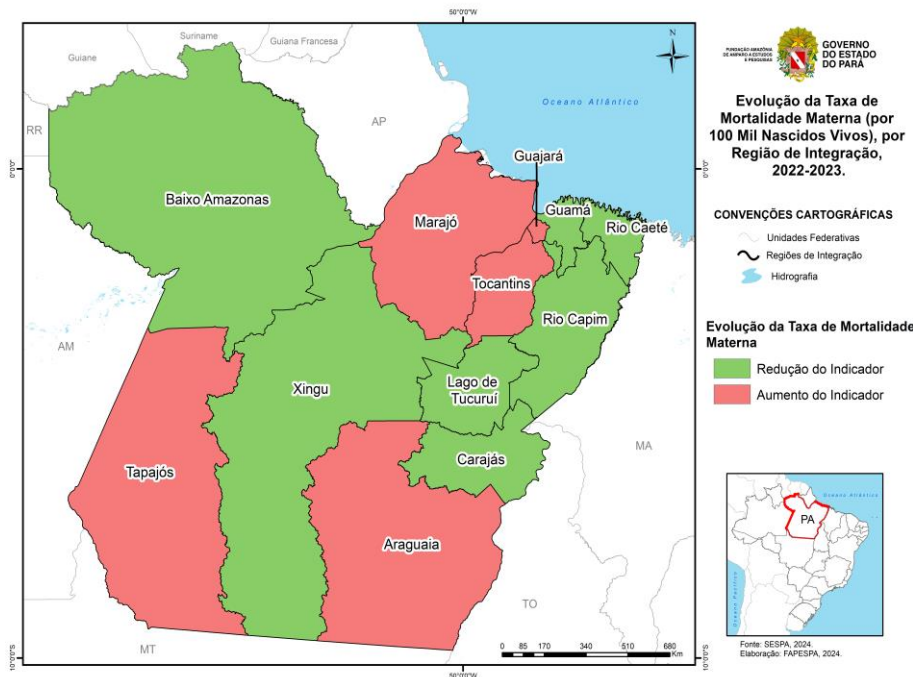
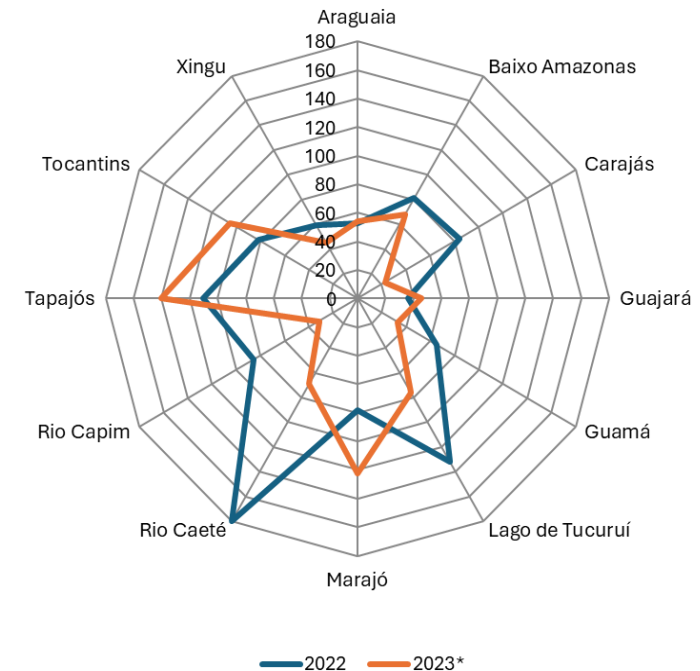


Gráfico 21: Comparação da taxa de mortalidade materna entre as Regiões de Integração 2022–2023*.



Fonte: SESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2023. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM SETE OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL

A proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal é um indicador importante da qualidade da atenção oferecida às gestantes. As gestantes que realizam sete ou mais consultas de pré-natal têm maior probabilidade de receber orientações sobre hábitos saudáveis, nutrição adequada, cuidados preventivos e detecção precoce de doenças, o que contribui para a redução de complicações durante a gravidez, parto e pós-parto. O indicador também é um instrumento crucial para orientar políticas e programas destinados a melhorarem a saúde das gestantes e dos recém-nascidos.

Assim sendo, na tabela 16, observa-se que, em 2023, o Pará apresentou um aumento de 3,23 p.p. na proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal em comparação ao ano de 2022. Também se observou que somente a RI Rio Capim apresentou queda na proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal em 2023, sendo essa queda equivalente a -5,26 p.p quando comparada à proporção de 2022. No entanto, as demais RIs do

Pará apresentaram variações positivas da seguinte maneira: Tapajós, com 7,70 p.p.; Rio Caeté, com 7,22 p.p.; Marajó, com 6,17 p.p.; Xingu, com 4,81 p.p.; Araguaia, com 4,52 p.p.; Baixo Amazonas, com 4,46 p.p.; Tocantins, com 3,71 p.p.; Guamá, com 3,25; Guajará, com 2,54 p.p.; Carajás, com 1,47 p.p.; e Lago de Tucuruí, com 1,27 p.p.

É importante destacar que o gráfico 22 também demonstra a comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração nos anos de 2022 e 2023.

Tabela 16 – Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

ESTADO/RI	Mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%)	
	2022	2023*
Pará	57,05	60,28
Araguaia	69,57	74,09
Baixo Amazonas	60,80	65,26
Carajás	66,92	68,39
Guajará	53,13	55,67
Guamá	62,21	65,46
Lago de Tucuruí	63,94	65,21
Marajó	29,47	35,64



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Rio Caeté	61,08	68,30
Rio Capim	61,52	56,26
Tapajós	57,57	65,27
Tocantins	54,38	58,09
Xingu	59,42	64,23

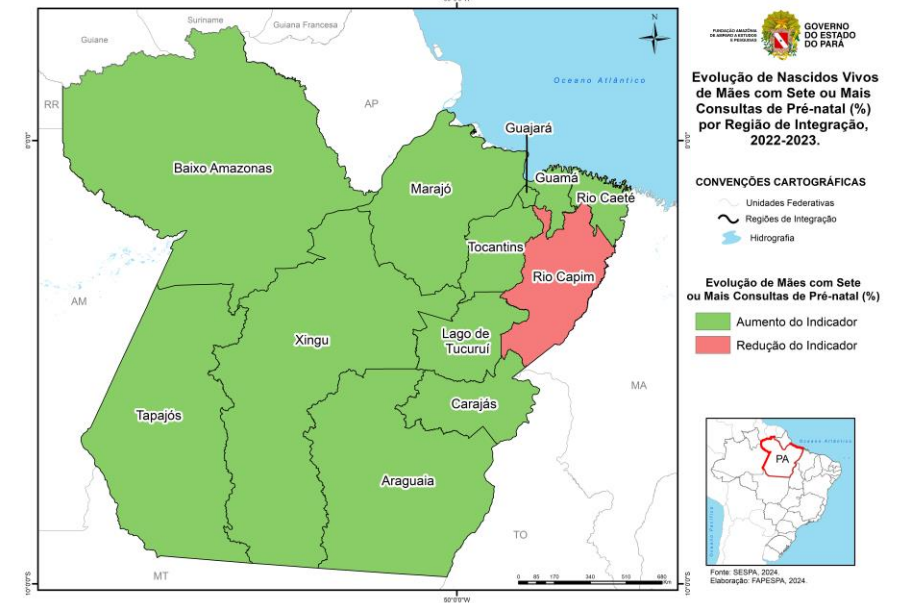
Fonte: SESPA, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: resultado preliminar para o ano de 2023. Sujeito a alterações.

Nota 2: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022.

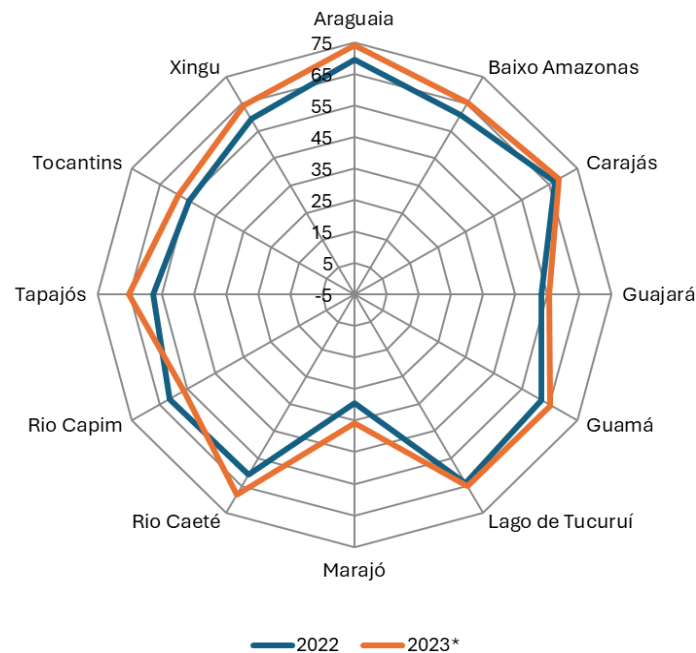
Figura 12: Evolução de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (%) por Região de Integração, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 22: Comparação da proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal entre as Regiões de Integração 2022-2022*.



Fonte: SESP, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2023. Sujeito a alterações.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022.

AÇÕES DO GOVERNO – Saúde

O aporte financeiro voltado para a saúde pública da população paraense foi de R\$ 4,15 bilhões em 2023, dos quais R\$ 111,14 milhões foram repassados à atenção primária, de acordo com a SEPLAD (2024), que também discorre sobre ações realizadas em 2023 no âmbito da saúde, conforme as disposições abaixo.

Concernente aos hospitais regionais, em 2023, foi inaugurado o Hospital da PA-279, em Ourilândia do Norte, que oferece cobertura para aproximadamente 500 mil pessoas de 14 municípios. Também foi realizada a expansão do setor de quimioterapia e a implantação da agência transfusional no Hospital Regional Público de Castanhal (HRPC).

Quanto aos leitos da rede SUS, neste mesmo ano, ocorreu aumento de 3% nos leitos cirúrgicos e 7% nos leitos obstétricos cirúrgicos. Os serviços de urgência e emergência têm recebido melhorias, como o fornecimento de “ambulanchas” em Afuá, na RI Marajó.

Também foram implantados mais pontos de acesso à Telemedicina, chegando ao total de 73 municípios contemplados no estado e a oferta de 19 mil teleinterconsultas em 2023. Esse serviço faz parte do



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

programa “Assistência Médica Especializada na Região Norte do Brasil por meio da Telemedicina”, realizado em parceria com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI) e o Hospital Israelita Albert Einstein.

Por meio do projeto “Ter Saúde”, foram atendidas 150 pessoas moradoras das proximidades ou que frequentam a Usina da Paz, em Belém, e que possuem algum tipo de deficiência, para orientação de tratamento e acompanhamento na rede de saúde. Além disso, foi entregue o Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (CETEA), em Belém, com capacidade para 300 usuários com TEA.

O Pará ampliou em 30% o número de Hospitais Amigos da Criança nas RIs Carajás e Tocantins, onde antes não havia hospitais com essa qualificação.



7 SANEAMENTO BÁSICO

Sabe-se que o saneamento básico é um direito da população e uma política fundamental para a promoção da qualidade de vida dos indivíduos. Dessa forma, nas cidades, os serviços de saneamento básico se constituem em: rede de abastecimento de água, esgoto sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduo e águas pluviais.

Estes serviços estão diretamente relacionados ao desenvolvimento socioeconômico de uma localidade, pois algumas consequências geradas por um saneamento básico de baixa qualidade são: alto índice de mortalidade infantil, internações por diarreia e outras doenças provocadas pelas carências desses serviços, além de um baixo nível de desempenho educacional e, consequentemente, uma economia afetada pelo absenteísmo nos postos de trabalho.

Assim sendo, o fornecimento inadequado ou a ausência dos serviços de saneamento básico pode ser responsável por diversas doenças que geralmente atingem a população desfavorecida economicamente, agravando, consequentemente, a desigualdade social, visto que o ambiente

é considerado indispensável para que as pessoas possam usufruir dos seus direitos humanos fundamentais.

Sendo assim, para que os serviços de saneamento básico do estado do Pará sejam avaliados, serão utilizados os seguintes indicadores:

- Percentual de domicílios com abastecimento de água em rede gera”, que indica a proporção de domicílios abastecidos com água proveniente de uma rede geral de distribuição com canalização interna;
- Percentual de domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora e fossa séptica”, que designa o percentual de domicílios que usufruem do sistema de esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica;
- “Percentual de domicílios com coleta de lixo direta” indica o valor percentual de domicílios atendidos pela coleta de lixo permanente de forma direta, ou seja, quando o lixo for coletado diretamente por serviço ou



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

empresa de limpeza, pública ou privada, que atenda ao logradouro em que se situe o domicílio.

Estes indicadores possuem um papel fundamental para que a gestão pública estadual do Pará identifique as deficiências, acompanhe o progresso de metas estabelecidas e ajuste políticas e investimentos conforme necessário.

Dessa maneira, observa-se, por exemplo, que, na tabela 17, o indicador Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica) demonstrou os menores percentuais dentre os três indicadores em destaque na tabela. Além disso, nota-se que a RM de Belém foi onde se concentrou o maior percentual de domicílios com esse serviço ao longo dos últimos cinco anos, considerando que os percentuais de domicílios com esgotamento sanitário na RM de Belém cresceram de 45,45%, em 2019 para 57,86%, em 2023. Por sua vez, o Pará, em 2019, possuía 18,27% de seus domicílios com esgotamento sanitário e, em 2023, passou para 23,54%. Também destaca-se o fato de este serviço Fora da RM de Belém, ter ficado entre 7,79% e 9,97% entre 2019 e 2023, respectivamente.

Por outro lado, nota-se que Percentual de domicílios com coleta de lixo direta demonstrou os maiores percentuais dentre os demais indicadores da tabela 17, demonstrando a melhor cobertura dentre eles. Este indicador revelou que, de maneira geral, no Pará, entre 2019 e 2023, 77,23% e 79,82% dos domicílios do estado possuíam este serviço, respectivamente. Na RM de Belém, estes percentuais ficaram entre 96,10% e 97,82%, e Fora da RM de Belém entre 69,95% e 72,08% no mesmo período.

Já o indicador Percentual de domicílios com água em rede geral demonstrou a segunda menor cobertura dentre os demais indicadores da tabela. O Pará, de maneira geral, em 2019, apresentou 49,68% de seus domicílios com acesso a esse serviço e, em 2023, 50,74%. A RM de Belém, em 2019, apresentou 63,49% e, em 2023, 62,24%, no entanto, Fora da RM de Belém, esses percentuais foram de 44,35% em 2019 e de 46,19% em 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 17 – Valores percentuais de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e Fora da RMB, 2019–2023.

Área geográfica	Ano	Percentual de domicílios com água em rede geral	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo direta
Pará	2019	49,68	18,27	77,23
	2020*	50,45	18,65	78,16
	2021*	50,55	20,36	78,74
	2022	50,95	21,40	79,49
	2023*	50,74	23,54	79,82
RM Belém	2019	63,49	45,45	96,10
	2020*	63,72	45,69	96,86
	2021*	63,20	49,96	97,20
	2022	63,41	53,08	98,25
	2023*	62,24	57,86	97,82
Fora da RMB	2019	44,35	7,79	69,95
	2020*	45,26	8,09	70,85
	2021*	45,58	8,74	71,49
	2022	46,05	8,92	72,08
	2023*	46,19	9,97	72,70

Fonte: IBGE-PNADC, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2023.

*Nota: os indicadores para os anos de 2020 e 2021 foram estimados pela FAPESPA, devido à pandemia COVID-19. Os indicadores para o ano de 2023 também foram estimados devido às pesquisas ainda não terem sido disponibilizadas pela equipe da PNADC do IBGE.

AÇÕES DO GOVERNO – Saneamento

As ações voltadas para o saneamento básico alcançaram o valor de R\$ 157 milhões de investimento em 2023. Esse recurso foi utilizado especialmente para a infraestrutura de capacitação e tratamento de água e acesso à água potável, com ampliação e implantação do sistema de abastecimento de água. Destacam-se as 1.150 novas ligações no sistema de abastecimento de água em Óbidos, a conclusão do prolongamento e substituição da tubulação do sistema de capacitação de água em Oriximiná e o novo sistema de abastecimento de água da COSANPA em Castanhal.

A macrodrenagem da Bacia do Tucunduba – Canais da União e Timbó - alcançou a conclusão das obras do seu quarto trecho, com investimento de R\$ 62,46 milhões. Esta medida beneficiou 250 mil moradores dos bairros da Terra Firme, Marco, Guamá e Canudos, em Belém.

As obras previstas para serem realizadas e/ou concluídas em 2024 são: macrodrenagem da Bacia do Tucunduba (Canal Mundurucus, Canal Lago Verde, Canal Supucajuba, Canal da Gentil, Canal Cipriano Santos,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Canais Vileta/Timbó/União e Leal Martins); saneamento e urbanização do Canal do Mártir; e reurbanização da Av. Doca de Souza Franco.

8 HABITAÇÃO

O termo habitação diz respeito ao local físico onde exercemos a moradia, esta estabelecida como um direito universal e de todos e em qualquer parte do mundo. No Brasil, a habitação é um direito social constitucionalizado e operacionalizado pela Política Nacional de Habitação (PNH), amparada pela compreensão de que toda pessoa tem pleno direito intrínseco de morar e morar com qualidade, sendo dever do estado garantir esse direito⁴.

A falta de saneamento básico e más condições de moradia geram inúmeros problemas para as pessoas, especialmente os relacionados à falta de saúde, locomoção precária e outras vulnerabilidades. Apesar de

nas últimas décadas o Brasil ter avançado bastante nas medidas de saneamento e habitação, a falta desses recursos ainda é uma realidade em diversos territórios do país.

A temática da habitação relaciona-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, mais especificamente ao ODS 11 - tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Dentre as metas estabelecidas para implementação até 2030, destaca-se a meta 11.1: garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade (PARÁ, 2021).

⁴ Mais informações sobre habitação e/ou moradia no Pará podem ser consultadas no Boletim da Moradia e do Saneamento Básico 2023, publicado pela Fapespa. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/boletins/>.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Ressalta-se que as metas sociais descritas no Plano Plurianual 2024-2027 do Estado estabelecem, em relação aos domicílios no Pará, reduzir: 1% ao ano os improvisados, 0,3% ao ano a densidade excessiva de moradores por dormitório, 0,5% ao ano os domicílios sem banheiro e sanitário exclusivo, 1% ao ano aqueles com paredes de material não durável e 1% ao ano os sem iluminação elétrica.

DOMICÍLIOS IMPROVISADOS

A tabela 18 mostra que o percentual de domicílios improvisados no Pará, RMB e Fora da RMB se manteve inferior a 1% em todos os anos analisados. No estado, ocorreu diminuição de 0,34% para 0,21% entre 2022 e 2023, enquanto a RMB demarcou crescimento de 0,5 p.p. A região Fora da RMB registrou 0% em 2023.

DENSIDADE EXCESSIVA DE MORADORES

A densidade excessiva de moradores não ultrapassou 5% em todas as áreas geográficas destacadas. Também se observa que todas obtiveram crescimento entre 2019 e 2020. Em 2023, os percentuais de domicílios com

densidade excessiva de moradores foram semelhantes entre as unidades geográficas, sendo 4,68% no Pará; 5,05% na RMB; e 4,54% Fora da RMB. O Pará e a RMB diminuíram o índice de 2022 a 2023, com o estado registrando variação de -0,08% e a RMB, de -0,15%. A área Fora da RMB apresentou pequena mudança de 4,59% para 4,54% no mesmo período.

Tabela 18 – Percentual de domicílios improvisados e densidade excessiva de moradores, por dormitório, no Pará, RMB e Fora da RMB, 2019–2023.

Área geográfica	Ano	Percentual de domicílios improvisados	Densidade excessiva de moradores por dormitório ¹
Pará	2019	0,20	2,51
	2020*	0,27	5,39
	2021*	0,23	4,83
	2022	0,34	4,76
	2023*	0,21	4,68
RMB	2019	0,43	0,99
	2020*	0,58	5,14
	2021*	0,43	5,35
	2022	0,27	5,20
	2023*	0,77	5,05
Fora da RMB	2019	0,11	3,10
	2020*	0,15	5,48



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

2021*	0,15	4,63
2022	0,37	4,59
2023*	0,00	4,54

Fonte: IBGE-PNADC, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

Nota1: indicador estimado pela Fapespa, pois oficialmente foi divulgado pelo IBGE até o ano de 2015.

*Os indicadores para os anos de 2020, 2021 e 2023 foram estimados pela FAPESPA, pois devido à pandemia as pesquisas dos anos de 2020 e 2021 não foram disponibilizadas, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC do IBGE. Já com relação ao ano de 2023, até 11/06/2024, os dados ainda não haviam sido divulgados pela PNADC.

DOMICÍLIOS SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO EXCLUSIVO

Em relação aos domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, o Pará apresentou tendência de diminuição de percentual no período em análise, saindo de 12,9% (2019) para 10,96% (2023). A RMB obteve 1,8% (2019) e 0,20 (2023), enquanto a área Fora da RMB variou de 17,11% para 15,19%, respectivamente.

Observa-se também que as áreas RMB e Fora da RMB apresentaram percentuais bastante díspares, demonstrando que os domicílios da RMB, onde está a capital do estado, tem menor precariedade em relação aos banheiros. Conforme a tabela 19, em apenas 0,20% do

total de domicílios da RMB não havia banheiro ou sanitário exclusivo, enquanto Fora da RMB esse percentual foi de 15,19%.

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM PAREDES DE MATERIAL NÃO DURÁVEL

No que se refere aos domicílios com paredes de material não durável, nota-se que, entre 2019 e 2021, a área Fora da RMB apresentou os maiores percentuais, chegando à abrangência de cerca de 3% dos seus domicílios, enquanto a RMB apresentou 1%. Nesse quesito, o Pará registrou 2% durante o período.

Considerando apenas os dois últimos anos, todas as áreas geográficas não chegaram a 2% no indicador. O Pará diminuiu de 1,6% para 1,32%; a RMB marcou pequeno aumento, saindo de 1,34% para 1,45%; e Fora da RMB passou de 1,7% para 1,26%.

DOMICÍLIOS SEM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

O percentual de domicílios sem energia elétrica diminuiu no decorrer dos anos no Pará, como mostra a tabela 19. Mais precisamente,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

esse índice diminuiu de 1,37% para 0,95%, entre 2019 e 2023, variação de -0,42%. Na RMB, as mudanças foram pequenas, e a proporção de domicílios sem esse serviço continuou abaixo de 1% em todos os anos. O maior índice ocorreu em 2022 e 2023, quando havia 0,13% dos domicílios sem energia elétrica.

Também é notável que a área Fora da RMB, quando comparada à RMB, tem maior percentual de domicílios sem energia elétrica em todos os anos, apesar de ter alcançado retração anual no período, obtendo variação aproximada de -0,61 p.p de 2019 a 2023, enquanto a RMB aumentou 0,13 p.p.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Tabela 19 – Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo, com paredes de material não durável e sem energia elétrica no Pará, RMB e Fora da RMB, 2019–2023.

Área geográfica	Ano	Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual de domicílios sem energia elétrica
Pará	2019	12,90	2,61	1,37
	2020*	12,74	2,69	1,16
	2021*	12,73	2,90	1,11
	2022	9,70	1,60	0,95
	2023*	10,96	1,32	0,95
RM Belém	2019	1,80	1,01	0,00
	2020*	1,05	1,22	0,07
	2021*	0,48	1,44	0,08
	2022	0,94	1,34	0,13
	2023*	0,20	1,45	0,13
Fora da RMB	2019	17,11	3,23	1,89
	2020*	17,28	3,27	1,58
	2021*	17,50	3,47	1,51
	2022	13,16	1,70	1,27
	2023*	15,19	1,26	1,28

Fonte: IBGE-PNADC, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Os indicadores para os anos de 2020, 2021 e 2023 foram estimados pela FAPESPA, pois devido à pandemia as pesquisas dos anos de 2020 e 2021 não foram disponibilizadas, conforme esclarecimento feito pela equipe da PNADC do IBGE. Já com relação ao ano de 2023, até 11/06/2024, os dados ainda não haviam sido divulgados pela PNADC.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Habitação

A população paraense conta com o Programa Recomeçar, que concede um salário mínimo às famílias impactadas pelas fortes chuvas, inundações e alagamentos. Em 2022, o investimento foi da ordem de R\$ 20 milhões (PARÁ, 2023).

O programa habitacional “Sua Casa”, através da política de habitação do estado, atendeu 33.974 famílias, com investimento de R\$ 43,15 milhões. Em 2023, esse valor foi de R\$ 28 milhões, beneficiando 29 mil domicílios, com a construção e/ou reforma e ampliação de unidades habitacionais, como informou a SEPLAD (PARÁ, 2024).

Ainda em 2022, foram entregues as etapas 1, 2 e 3 da macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, com 300 mil pessoas beneficiadas, sendo também entregues 448 unidades habitacionais do Conjunto Riacho Doce, que faz parte deste projeto. Além disso, foi realizada a regularização fundiária com a entrega de 1.083 títulos urbanos nos municípios de Castanhal, Marabá e Redenção.



9 SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é compreendida no âmbito da Constituição Brasileira (1988) como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Ela é operacionalizada a partir da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criada pela Lei nº 13.675/2018, que também instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Pode-se afirmar que a segurança pública está diretamente associada às diversas formas de violência e foi concebida para combatê-las. Trata-se, portanto, e mais especificamente, de um conjunto de mecanismos e medidas que previnem a população contra perigos e danos à vida e ao patrimônio, entendidos como crimes.

A compreensão acerca da segurança pública como um sistema integrado a concebe enquanto medidas em prol da justiça e defesa dos direitos, além da repressão, coação e vigiância. Desse modo, é um processo que se inicia na prevenção, passa pela reparação do dano e finda

na reinclusão do autor do crime à sociedade.

Nesse contexto, os índices de educação, renda, emprego, saúde, assistência social, entre outros, corroboram para a concretude da segurança pública, pois podem sinalizar a mitigação de expressões históricas da questão social que atravessam o país e a região amazônica, com desigualdades e vulnerabilidades⁵ dos povos nativos.

A diligência de efetivação da política de segurança pública no estado coaduna com o pacto global do ODS da ONU para 2030, particularmente com o Objetivo 16, que visa propiciar territórios pacíficos e inclusivos, com o acesso à justiça para todos, em instituições eficazes, transparentes e pautadas na equidade.

⁵ Conforme exposto no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a vulnerabilidade é compreendida como: “todos aqueles que sofrem violações ou restrições a seus direitos, sobretudo, em razão de raça, gênero, idade, deficiência, condições de mobilidade, orientação sexual, nacionalidade, religião, territorialidade, cultura, privação de liberdade e situação econômica, não excluindo outras potenciais situações de vulnerabilidade verificadas empiricamente” (IPEA, 2019).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Considerando essas premissas, o Mapa da Exclusão propõe a análise da segurança pública no Pará a partir de indicadores sobre roubo, homicídio, homicídio no trânsito, reincidentes e não reincidentes, reincidência de egressos assistidos e reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com dados correspondentes aos anos de 2022 e 2023⁶.

TAXA DE ROUBO

A taxa de roubo no Pará apresentou comportamento decrescente de 2022 para 2023, quando diminuiu 20,02%. De forma semelhante aconteceu na maioria das RIs, com exceção apenas da RI Tapajós, que, ao contrário das demais regiões, aumentou 0,16% no indicador.

Observou-se maior concentração na taxa de roubos, em 2023, na RI Guajará (1.410,25) e RI Guamá (522,59), enquanto as menores taxas estiveram nas RIs Marajó (104,78) e Xingu (121,36). Considerando a variação em relação a 2022, 11 regiões diminuíram a taxa, destacando-se

as maiores variações negativas nas seguintes RIs: Xingu (-39,39%), Lago de Tucuruí (-36,14%) e Tocantins (-35,99%).

Tabela 20 – Taxa de roubo, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2022 a 2023.

ESTADO/RI	2022	2023*	Var.%
Pará	676,10	540,72	-20,02
Araguaia	278,20	185,21	-33,43
Baixo Amazonas	237,46	215,41	-9,29
Carajás	566,76	399,46	-29,52
Guajará	1.679,05	1.410,25	-16,01
Guamá	627,78	522,59	-16,76
Lago de Tucuruí	298,90	190,88	-36,14
Marajó	151,11	104,78	-30,66
Rio Cacté	308,11	211,49	-31,36
Rio Capim	238,09	206,35	-13,33
Tapajós	184,18	184,48	0,16
Tocantins	478,90	306,55	-35,99
Xingu	200,23	121,36	-39,39

Fonte: IBGE/SEGUP, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Os dados populacionais de 2022 são do Censo Demográfico 2022, porém, os dados de 2023 são estimativas da Fapespa, baseados em estimativas populacionais/IBGE, atualizadas em 05/09/2022. Período desta coleta: 06/06/2024.

⁶ Mais informações sobre segurança pública no Pará podem ser consultadas no Boletim da Segurança Pública Paraense 2024, publicado pela Fapespa. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Boletim-da-Seguranca-Publica-Paraense-2024-VERSAO-PUBLICACAO.pdf>.

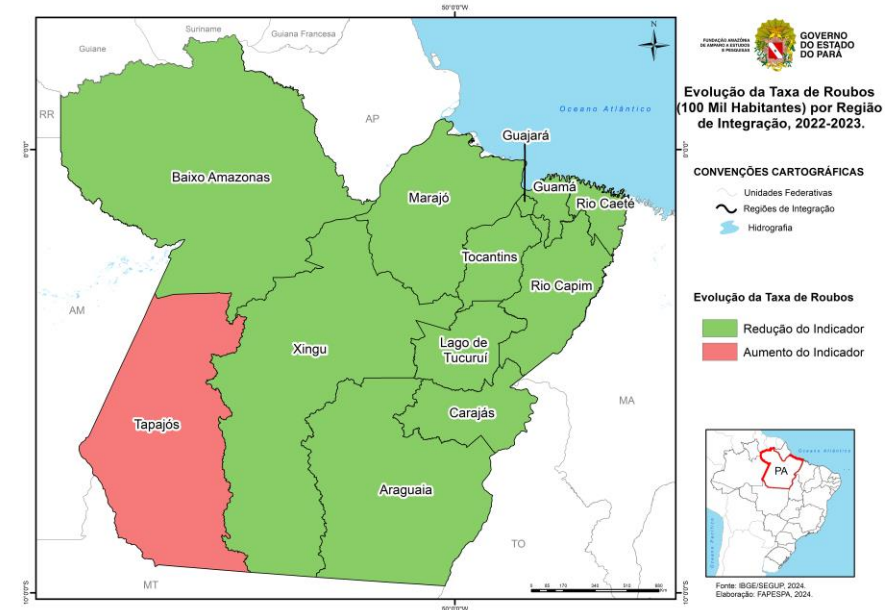


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Nota 1: o município de Oeiras do Pará passou a compor a RI Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes.

A evolução da taxa de roubo por RI pode ser visualizada na Figura 13, na qual apenas a RI Tapajós apresentou aumento no indicador. No gráfico 23, tem-se a comparação dessa taxa entre as RIs, destacando-se a RI Guajará, RI Guamá e RI Carajás, com os maiores índices em 2023, e a RI Guajará apresentando a maior retração em relação ao ano anterior.

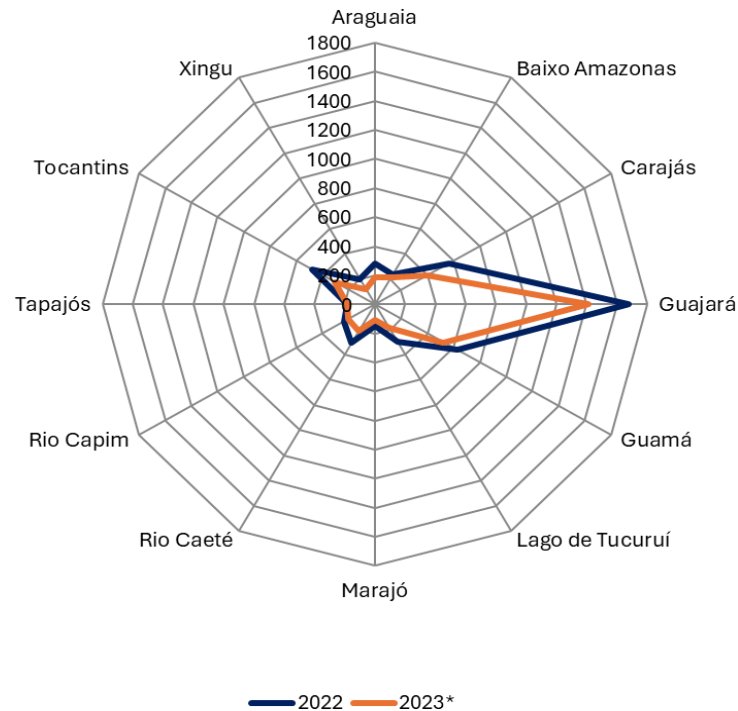
Figura 13: Evolução da taxa de roubo (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 23 – Comparação da taxa de roubo (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Os Dados Popacionais de 2022 são do Censo Demográfico 2022, porém os dados de 2023 são estimativas da Fapespa, baseados em estimativas populacionais /IBGE, atualizadas em 05/09/2022.

Período desta Coleta - 06/06/2024.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes.

TAXA DE HOMICÍDIO

A taxa de homicídio no Pará foi de 24,71 em 2023, com variação de -11,84% em comparação ao ano anterior, como demonstra a tabela 21. Concernente às RIs, observa-se que as três taxas mais elevadas de 2023 estiveram nas RIs Araguaia (51,59), Xingu (47,94) e Tapajós (40,24), enquanto as menores foram registradas nas RIs Marajó (12,23), Baixo Amazonas (13,28) e Guajará (17,5).

Considerando a evolução do indicador, apenas duas RIs apresentaram crescimento: Marajó (15,54%) e Baixo Amazonas (8,72%). As outras 10 RIs registraram retração na taxa de homicídio, obedecendo a seguinte ordem na variação: Tocantins (-32,65%), Lago de Tucuruí (-26,26%), Carajás (-17,60%), Tapajós (-16,06%), Rio Caeté (-10,37%), Guajará (-10,05%), Guamá (-8,63%), Xingu (-7,42%), Araguaia (-6,16%) e Rio Capim (-4,69%).



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Essa configuração está ilustrada na figura 4, onde são perceptíveis as regiões que aumentaram e diminuíram o indicador. Enquanto isso, o gráfico 24 traz a comparação das taxas entre os anos de 2022 e 2023, apresentando ainda as RIs que mais se aproximaram ou se distanciaram do índice zero.

Tabela 21 – Taxa de homicídio, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2022 a 2023.

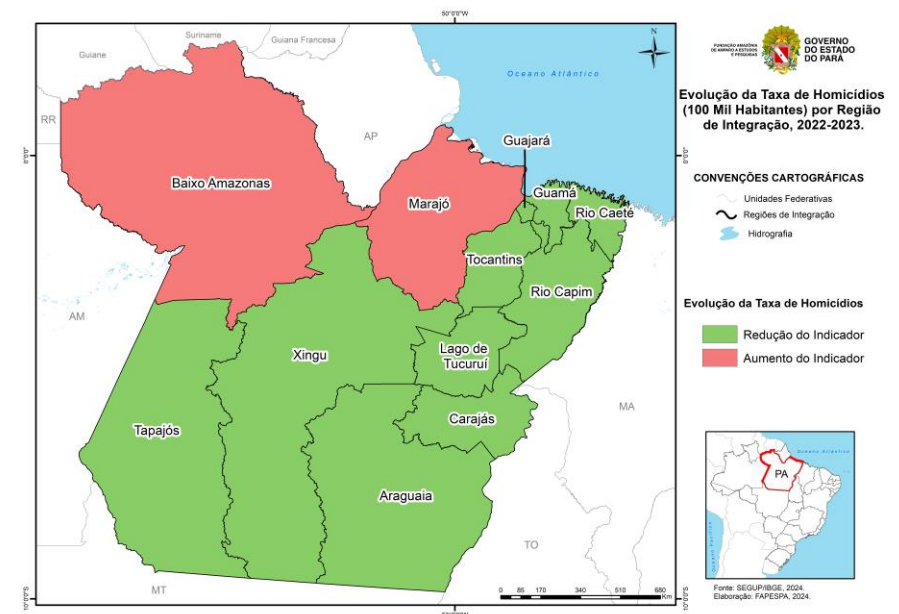
ESTADO/RI	2022	2023*	Var.%
Pará	28,03	24,71	-11,84
Araguaia	54,98	51,59	-6,16
Baixo Amazonas	12,22	13,28	8,72
Carajás	39,84	32,82	-17,60
Guajará	19,46	17,50	-10,05
Guamá	21,70	19,83	-8,63
Lago de Tucuruí	43,01	31,71	-26,26
Marajó	10,59	12,23	15,54
Rio Caeté	23,33	20,91	-10,37
Rio Capim	37,31	35,56	-4,69
Tapajós	47,94	40,24	-16,06
Tocantins	27,33	18,40	-32,65
Xingu	51,78	47,94	-7,42

Fonte: IBGE/SEGUP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Os dados populacionais de 2022 são do Censo Demográfico 2022, porém, os dados de 2023 são estimativas da Fapespa, baseados em estimativas populacionais/IBGE, atualizadas em 05/09/2022. Período desta coleta: 06/06/2024.

Nota 1: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes.

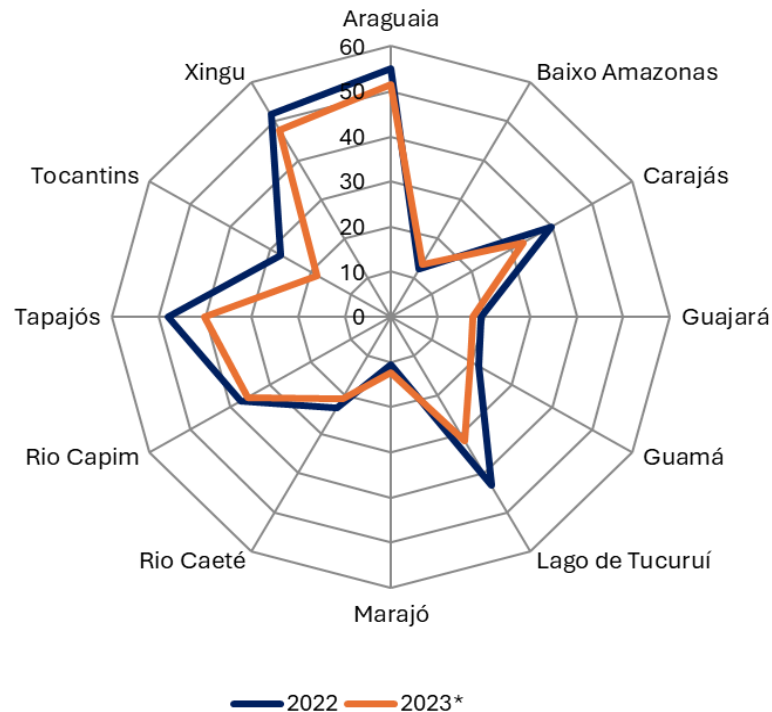
Figura 14: Evolução da taxa de homicídio (100 mil habitantes) por Região de Integração, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 24: Comparação da taxa de homicídio (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração 2021-2022.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Os Dados Populacionais de 2022 são do Censo Demográfico 2022, porém os dados de 2023 são estimativas da Fapespa, baseados em estimativas populacionais /IBGE, atualizadas em 05/09/2022. Período desta Coleta - 06/06/2024.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes.

TAXA DE HOMICÍDIO NO TRÂNSITO

O indicador referente aos homicídios no trânsito no Pará obteve pouca variação entre os anos destacados, diminuindo de 13,82 (2022) para 13,24 (2023), com variação de -4,15%, de acordo com a tabela 22.

Os dados correspondentes às RIs acusam que, em 2023, as três maiores taxas estiveram nas RIs Tapajós (25,5), Guamá (21,33) e Araguaia (20,72), enquanto as RIs Marajó (1,95), Guajará (7,32) e Tocantins (10,08) lideraram com as mais baixas taxas de homicídios no trânsito.

As duas RIs que registraram maior variação na taxa de homicídios foram Lago de Tucuruí, com 59,04%, e Guamá, com 21,18%. Dentre as que registraram menor variação, destacaram-se as RIs Guajará (-29,33%), Marajó (-27,55%) e Araguaia (-18,77%).

Esta evolução da taxa de homicídios no trânsito também está representada na figura 15, na qual é possível observar as regiões com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

evoluções positivas e negativas do indicador. De maneira semelhante, o gráfico 25 compara a taxa entre os anos estudados.

Tabela 22 – Taxa de homicídio no trânsito, por 100 mil habitantes, no estado do Pará e Regiões de Integração, com variação entre os anos de 2022 a 2023

ESTADO/RI	2022	2023	Var. %
Pará	13,82	13,24	-4,15
Araguaia	25,51	20,72	-18,77
Baixo Amazonas	11,71	11,38	-2,76
Carajás	19,39	17,83	-8,05
Guajará	10,36	7,32	-29,33
Guamá	17,60	21,33	21,18
Lago de Tucuruí	10,44	16,61	59,04
Marajó	2,69	1,95	-27,55
Rio Caeté	14,60	14,27	-2,27
Rio Capim	17,28	19,77	14,41
Tapajós	22,37	25,50	13,97
Tocantins	11,17	10,08	-9,73
Xingu	17,09	16,15	-5,52

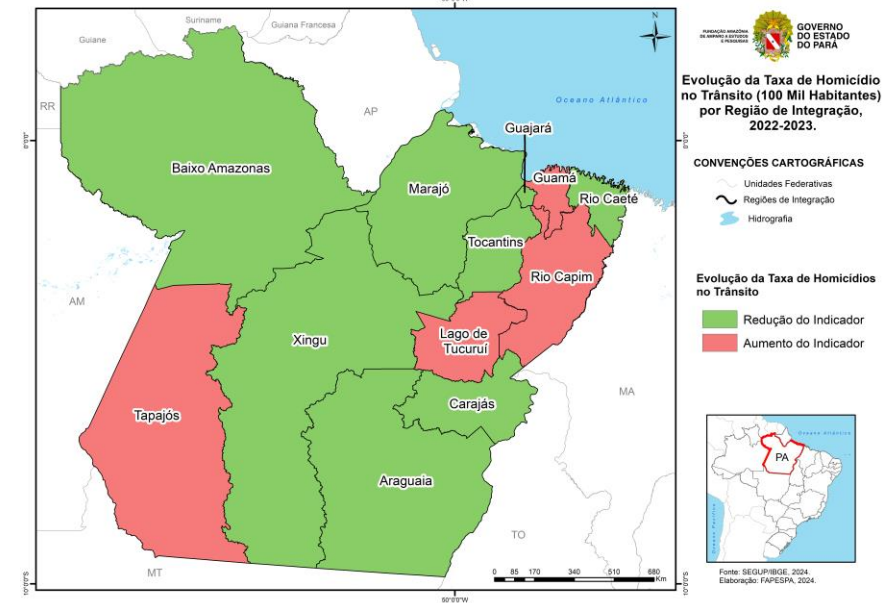
Fonte: IBGE/SEGUP, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Os dados populacionais de 2022 são do Censo Demográfico 2022, porém, os dados de 2023 são estimativas da Fapespa, baseados em estimativas populacionais/IBGE, atualizadas em 05/09/2022. Período desta coleta: 06/06/2024.

Nota 1: o município de Oeiras do Pará passou a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129, de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes.

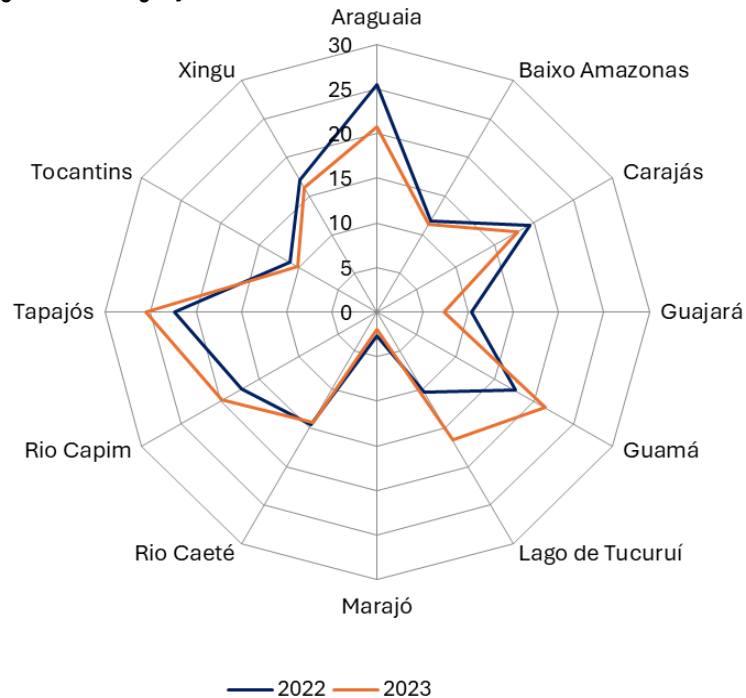
Figura 15: Evolução da taxa de homicídio no trânsito (100 Mil Habitantes) por Região de Integração, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Gráfico 25: Comparação da taxa de homicídio no trânsito (por 100 mil hab.) entre as Regiões de Integração, 2022-2023.



Fonte: IBGE/SEGUP, 2024.

Elaboração: FAPESPA, 2024.

*Os Dados Populacionais de 2022 são do Censo Demográfico 2022, porém os dados de 2023 são estimativas da Fapespa, baseados em estimativas populacionais /IBGE, atualizadas em 05/09/2022. Período desta Coleta - 06/06/2024.

Nota 2: O município de Oeiras do Pará passa a compor a Região de Integração Marajó a partir do Decreto 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Para 2021, a população considerada para o município de Jacareacanga, na RI Tapajós, foi de 41.487 habitantes.

TAXA DE REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS ASSISTIDOS

O percentual de detentos reincidentes no Pará diminuiu para 38,58% em 2023, diferença de -10,95% em comparação com 2022. Por outro lado, os dados acerca dos não reincidentes aumentou na mesma proporção (10,95%), chegando a 61,42% em 2023, como informa a tabela 23.

No panorama das RIs, em 2023, os maiores percentuais de reincidentes estiveram na RI Guamá (65,97%) e na RI Tocantins (45,15%); enquanto os não reincidentes foram majoritários na RI Araguaia (82,56%) e na RI Xingu (76,76%).

Considerando a evolução de reincidentes, de 2022 a 2023, as RIs Marajó e Lago de Tucuruí foram as únicas que apresentaram crescimento, sendo de 1,26% e 0,31%, sequencialmente. As demais RIs diminuíram o indicador, com destaque para a RI Guajará, que obteve maior retração (-23,12%), sendo a única região com variação superior à registrada no estado.

Em relação aos não reincidentes, somente a RI Marajó e a RI Lago de Tucuruí apresentaram declínio em seus percentuais, sendo de -1,26% e



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

-0,31%, respectivamente. A RI Guajará registrou o maior acréscimo (23,12%).

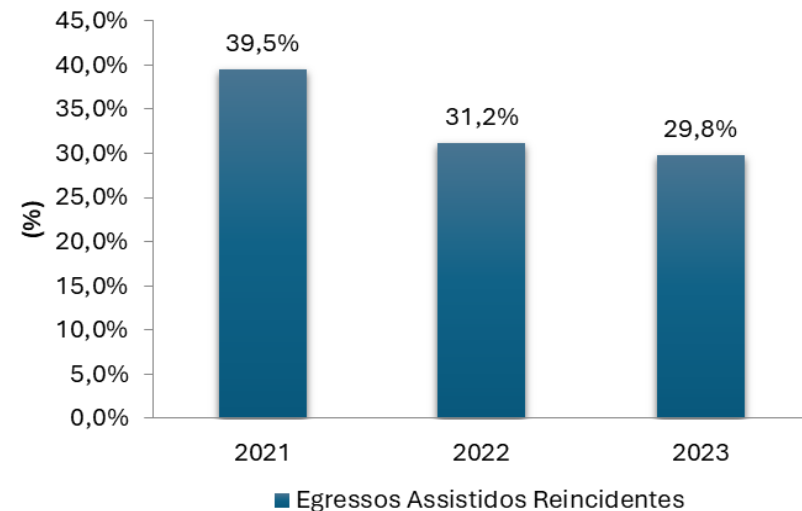
Tabela 23 – Percentual de detentos reincidentes e não reincidentes, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2022–2023.

Estado/RI	% Reincidentes		% Não reincidentes	
	2022	2023	2022	2023
Pará	49,53	38,58	50,47	61,42
Araguaia	19,88	17,44	80,12	82,56
Baixo Amazonas	38,18	34,99	61,82	65,01
Carajás	33,04	29,64	66,96	70,36
Guajará	50,56	27,44	49,44	72,56
Guamá	67,10	65,97	32,90	34,03
Lago de Tucuruí	24,69	25,00	75,31	75,00
Marajó	29,93	31,19	70,07	68,81
Rio Caeté	37,60	36,89	62,40	63,11
Rio Capim	35,42	35,41	64,58	64,59
Tapajós	29,25	28,92	70,75	71,08
Tocantins	46,19	45,15	53,81	54,85
Xingu	25,05	23,24	74,95	76,76

Fonte: SEAP, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.

A taxa de reincidência de egressos assistidos, ou seja, pessoas egressas do sistema penitenciário que tiveram algum tipo de atendimento e que voltaram a cometer algum crime e, portanto, retornaram ao sistema penitenciário, tem diminuído nos últimos três anos, conforme gráfico 26. Em uma escala decrescente, a taxa saiu de 39,5% (2021) para 29,8% (2023), representando variação de -9,7p.p.

Gráfico 26 – Taxa de reincidência de egressos assistidos no estado do Pará, 2022–2023.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Fonte: SEAP-CAEF, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.
Obs.: os atendimentos aos egressos ocorrem na CAEF (Coordenadoria de Assistência ao Egresso e Família), que fica em Belém/PA.

Figura 16: Evolução da taxa de reincidência de presos por Região de Integração, 2022–2023.

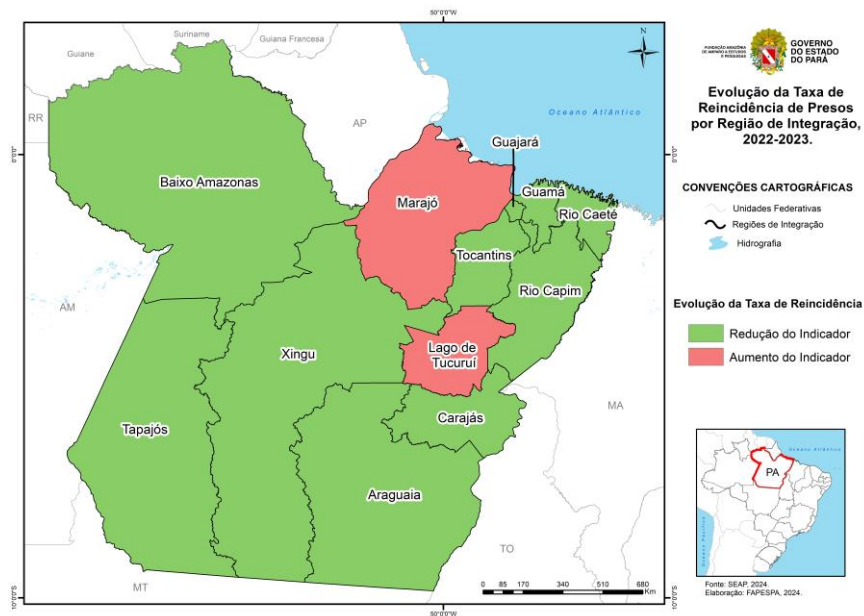
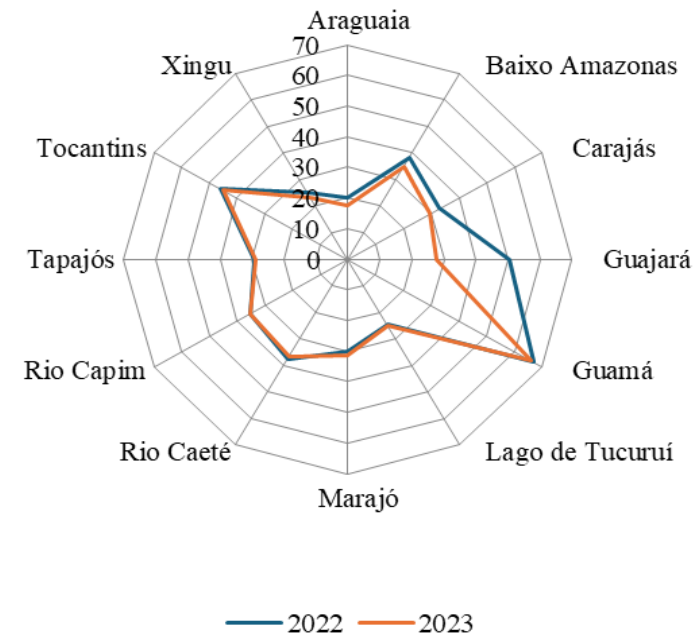


Gráfico 27: Comparação do percentual de detentos reincidentes entre as Regiões de Integração 2021-2022.



Fonte: SEAP-CAEF, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

TAXA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas diz respeito a ações que garantam o exercício de direitos de cidadania e reinserção desse público no meio social, especialmente nos âmbitos educacional e do trabalho.

A taxa de reintegração social desses adolescentes diminuiu no Pará entre 2022 e 2023. Dessa forma, pode-se dizer que menos adolescentes se reinseriram socialmente na execução de seus direitos sociais. Assim, em 2022, 50,12% dos adolescentes foram reintegrados, enquanto, em 2023, essa taxa caiu para 46,44%, representando variação de -3,68 p.p.

Analisando as RIs, considerando apenas o ano de 2023, nota-se que as maiores taxas foram registradas em Lago de Tucuruí (63,64), Rio Capim (61,54) e Tocantins (61,11). Enquanto isso, as menores taxas estiveram nas RIs Guamá (27,78), Baixo Amazonas (34,48) e Guajará (40,00). A metade das RIs apresentou redução na taxa de reintegração social, com maior retração nas RIs Araguaia (-22,23), Lago de Tucuruí (-

15,31) e Guamá (-13,4). Por outro lado, destacam-se as RIs Tapajós (16,67 p.p.), Tocantins (8,94 p.p.) e Marajó (7,89 p.p.) como as regiões com maior crescimento do indicador.

Tabela 24 – Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no estado do Pará e Regiões de Integração, 2021–2022.

Estado/RI	2022	2023
Pará	50,12	46,44
Araguaia	66,67	44,44
Baixo Amazonas	27,27	34,48
Carajás	62,16	51,22
Guajará	50,41	40,00
Guamá	41,18	27,78
Lago de Tucuruí	78,95	63,64
Marajó	42,11	50,00
Rio Caeté	46,43	50,00
Rio Capim	63,89	61,54
Tapajós	33,33	50,00
Tocantins	52,17	61,11
Xingu	42,86	50,00

Fonte: FASEPA, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Essa evolução em cada região pode ser visualizada na figura 17, que destaca as RIs que aumentaram e diminuíram a taxa de reintegração. Também, de forma complementar, o gráfico 28 mostra a comparação da taxa entre os anos de 2022 e 2023, destacando a melhora do indicador quanto mais próximo do zero.

Figura 17: Evolução da taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, por Região de Integração, 2022–2023.

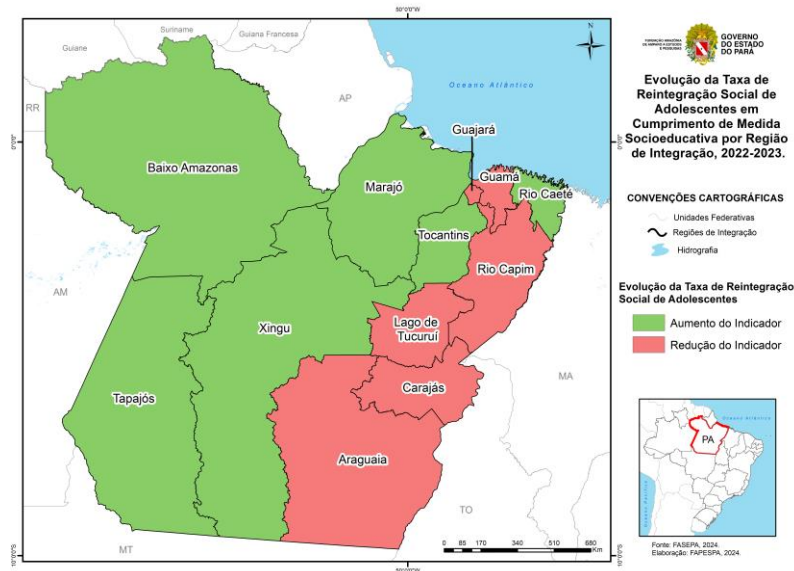
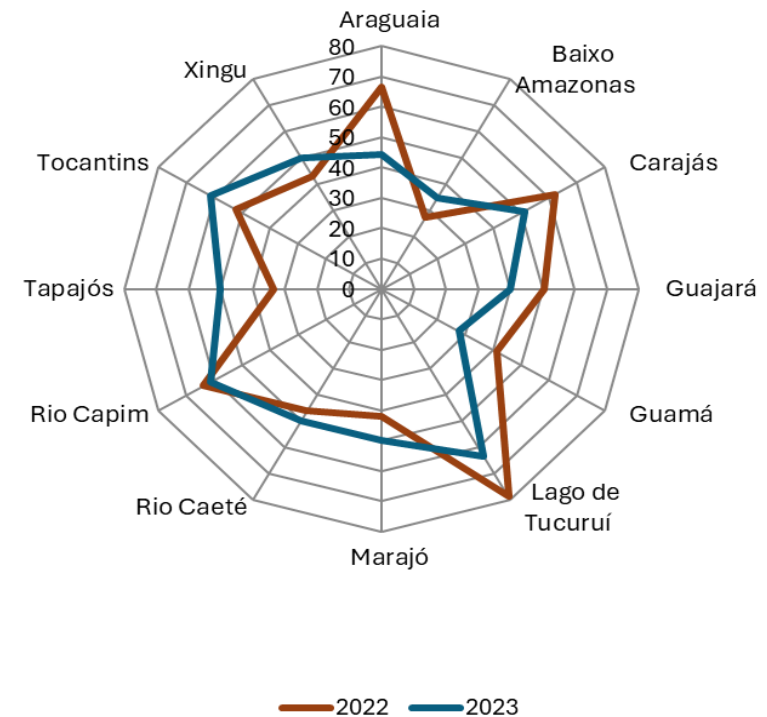


Gráfico 28: Comparação taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, por região de integração do Estado do Pará, 2021-2022.



Fonte: FASEPA, 2024.
Elaboração: FAPESPA, 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

AÇÕES DO GOVERNO – Segurança pública

A política de segurança pública no estado teve como principais medidas realizadas em 2023, conforme a SEPLAD (2024), a reconstrução e adequação de unidades policiais dos municípios de Afuá, Anajás, Curralinho, Muaná, Salvaterra, Xinguara e Barcarena, além de melhorias de infraestrutura em 14 unidades do DETRAN.

Outras atuações estatais, mencionadas na Mensagem do Governador (SEPLAD, 2024), incluem a implantação do 1º Centro de Comando e Controle Regional (CICCR) em Marabá, equipado com câmeras de reconhecimento facial e de placas veiculares, e, em Belém, a primeira Delegacia de Proteção à Pessoa com Deficiência (DPPCD) da Região Norte.

Na área das operações, destaca-se o Centro Integrado de Operações (CIOP), que registrou 1,5 milhão de ocorrências intermediadas e direcionadas às guarnições. Têm-se ainda as operações “Rio Amazonas”: combate ao tráfico nacional e internacional de drogas, que apreendeu 1,5 tonelada de entorpecentes e 12 toneladas de pescado; “Intercept”: investigou o tráfico de drogas na Região do Marajó; “Esparavel”: resultou

em 40 prisões e desarticulação de grupos criminosos que atuavam em localidades ribeirinhas e na PA-151; “Tolerância Zero”: fiscalização de vias de grande movimento nos finais de semana em Belém; e “Shamar”: ações preventivas, educativas, ostensivas e repressivas ao enfrentamento da violência doméstica e feminicídio.

O Programa Escola Segura realiza iniciativas de prevenção e segurança nas escolas, alcançando 313 escolas em 69 municípios, através do sistema de chamadas de urgência e emergência emitidas pelo “Alerta Pará Escola”.

Concernente à capacitação dos agentes públicos de segurança, cerca de 13 mil profissionais foram contemplados com os seguintes cursos: Capacitação aos agentes Sieds e Rede de proteção no atendimento a grupos vulneráveis; III Curso Internacional de Ações de Radiopatrulhamento em Belém; Curso de utilização de aeronaves remotamente pilotadas ARP – Drone; Curso de busca e resgate em área de selva; Curso Perícia de Explosões e Análise Explosivas; Policiamento ambiental; Atualização de agentes de trânsito; e Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

Quanto à reinserção social, a gestão penitenciária atuou em projetos sociais voltados para capacitação dos servidores e ações de educação e trabalho aos custodiados que trabalharam em grandes obras do Estado, como Pronto Socorro da Augusto Montenegro, Novo Manguirão e Centro de Convenções de Santarém. Além disso, o Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL) obteve 4.143 participantes em 2023.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

REFERÊNCIAS

PARÁ. Relatório Local Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará, 2021. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), 2021a, 218 p. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wpcontent/uploads/2021/09/Relatorio_ODS_2021.pdf. Acesso em: julho de 2024.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Diretoria de Planejamento. **Plano Plurianual 2024-2027 do Governo do estado do Pará.** Belém: Diretoria de Planejamento, 2023. 3v.:il. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/ANEXO-I.pdf>. Acesso em: julho de 2024.

PARÁ. Mensagem do Governador do Pará à Assembleia Legislativa 2024. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), 2024. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/6181_mensagem_governador_alepa_2024_compressed.pdf. Acesso em: julho 2024.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. Panorama da distorção idade-série no Brasil. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf. Acesso em: agosto de 2024

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005.** Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-ertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>. Acesso em: agosto de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 72, de 11 de janeiro de 2010.** Estabelece que a vigilância do óbito infantil e fetal é obrigatória nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Brasil 2019: **uma análise da situação de saúde e das doenças e agravos crônicos:** desafios e perspectivas. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2019_analise_situacao_saude_doencas.pdf. Acesso em: Agosto 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2023.** OUT.-DEZ. 2023

Pará. Governador (2023). **Helder Zahluth Barbalho Mensagem do Governo do Pará à Assembleia Legislativa Ano 2023.** Belém: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, 2023. Disponível em:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

<https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Mensagem-do-Governador-2023-pdf>. Acesso em: julho 2024

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Pará termina 2023 com saldo de 44,8 mil empregos formais**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/caged-2023/12/para-termina-2023-com-saldo-de-44-8-mil-empregos-formais>. Acesso em: julho de 2024

PARÁ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARÁ. **Programa acelere o saber**. Disponível em: <<https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/13372-estudantes-estaduais-comecam-a-utilizar-material-do-programa-acelere-o-saber-para-recomposicao-de-aprendizagem>>. Acesso em: agosto 2024.